

MAIS-VALIA

Boletim Informativo



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
Gabinete de Comunicação e Imagem
Repartição de Comunicação para área dos
Mega Projectos

Maputo acolhe X Conselho de Fiscalidade

Texto de *Liége Vitorino*
Fotos de *Ozias Ngomane e Arquivo*

Moçambique continua a registar níveis de crescimento sólidos a par das boas projecções associadas aos investimentos em curso no sector dos recursos naturais, com destaque para os sectores de minas e de hidrocarbonetos aliado ao desenvolvimento dos sectores da agricultura, do turismo e das infraestruturas.

Todavia, vários países do mundo continuam a enfrentar os efeitos da crise económica e financeira internacional não obstante às medidas excepcionais de austeridade tomadas pelos governos afectados, para contrariar os seus efeitos. O impacto da crise nas economias mais desenvolvidas tem tido reflexos variados nos ritmos de desenvolvimento social e

humano das economias do continente africano.

O pronunciamento foi feito pelo Ministro das Finanças, Manuel Chang, na abertura da X Sessão do Conselho de Fiscalidade, realizada no Centro de Conferências, Joaquim Chissano, que este ano decorreu sob o lema “Todos Juntos na Justa Tributação dos Recursos Naturais”.

“**Pretendemos com esta sessão analisar as nossas acções no contexto da fiscalidade desde a sua sessão realizada em 12 de Agosto de 2012, e reflectirmos sobre os desafios com vista a constante melhoria dos métodos dos procedimentos atinentes à execução das políticas fiscal e aduaneira e do Orçamento do Estado aprovado pela Assembleia da República para o ano em curso na componente de receita e perspectivar as acções que devem se realizar a curto, médio e longo prazos do percurso que deve ser trilhado pela área tributária**



Ministro das Finanças intervindo no X Conselho de Fiscalidade

rumo à redução e quiçá à eliminação do défice orçamental”, explicou.

Destacou que, o Sector Privado continua a ser o interlocutor privilegiado do Governo, na formulação de políticas nas reformas fiscais e aduaneiras através de diálogos contínuos, que tem contribuído de forma decisiva, para o melhoramento do ambiente de negócios, facto que tem propiciado um crescimento rápido da economia, e consequentemente a geração de recursos passíveis de tributação, que contribuem desta forma para o incremento sustentável da receita do Estado, o que permite a sua aplicação em mais acções de combate à

pobreza e de melhoria da qualidade da vida dos cidadãos.

Aferiu que, apesar do sinal das cheias que ocorreram no início do presente ano cujo impacto negativo ascendeu a cerca de 500 milhões de dólares americanos, para além dos impactos na logística do escoamento do carvão ainda se perspectiva um crescimento em torno de 7 % do PIB, uma inflação média anual em torno de 7,5% e uma taxa de depreciação real do Metical em relação às principais moedas, susceptível de estimular a competitividade revelando a robustez da economia de Moçambique, o que permite a manutenção das metas básicas de crescimento

Destaques nesta edição:

Maputo acolhe X Conselho de Fiscalidade	1
Confiança empresarial regista queda em Junho	11
Sofala com saldo positivo de arrecadação fiscal	13
MIREM em XXVIII Conselho Coordenador	16
Repensar a Modernização Tecnológica na AT	19
Entre-Nós: Zito Campira	24



Editorial

“Ser leal à instituição é ter compromisso público com ela”

Sob o lema “Todos Juntos na Justa Tributação dos Recursos Naturais disponíveis”, realizou-se no passado mês de Agosto, mais uma Sessão do Conselho de Fiscalidade (CF), órgão de consulta participativa, estabelecido através da Lei nº 1/2006 de 22 de Março, que cria a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e do Decreto nº 9/2010 de 15 de Abril que estabelece o respectivo Estatuto Orgânico.

Este exercício que normalmente ocorre duas vezes ao ano, abre espaço para que todos, em conjunto, reflectamos sobre o nosso desempenho na execução da política fiscal e aduaneira do Governo e, pelas constatações, decidirmos sobre o melhor caminho a seguir, perspectivando com acuidade, as acções futuras que melhor irão ajustar-se na implementação do Orçamento do Estado.

Nesta sessão, realizada após o balanço da execução da arrecadação da receita do 1º semestre, vários aspectos mereceram destaque a começar pelo cumprimento das metas pela AT, num período caracterizado por um cenário de acontecimentos marcadamente tristes no país nomeadamente; as cheias que destruíram muitas infra-estruturas e reduziram a capacidade de produção de muitas empresas passivas de impostos; a restrição rodoviária no troço entre o Rio Save e Muchúnguè com impacto negativo na economia nacional em todas as vertentes, resultando na proposta de revisão orçamental e, consequentemente, no aumento da pressão para a realização da receita. Do mesmo modo, e como que para compensar os “azares” deste período, o encaixe das *mais-valias*, sobre a venda de activos efectuados pela ENI, foi outro assunto que mereceu destaque, por ter contribuído para este desempenho positivo da receita fiscal e pelo impulso que veio dar ao aumento das nossas reservas líquidas internacionais e à redução do défice orçamental do país.

Refira-se, contudo, que este

desempenho positivo, ainda que reforçado pela receita das *mais-valias*, não teria sido possível se todos os funcionários da AT não tivessem assumido a sua lealdade e o seu compromisso de servidores públicos para com a instituição que servem, no quadro de conduta e exigências internas, e no quadro das exigências dos valores morais em todas as instâncias da sociedade moçambicana.

Foi à luz destas conjecturas que os participantes da Xª Sessão do Conselho de Fiscalidade testemunharam a eleição dos membros da Comissão de Ética, partindo do princípio de que actualmente, a moralidade administrativa só pode ser constituída num pressuposto de validação de todos os actos da administração pública, onde é dever do servidor público “*ser leal à instituição que serve*” e onde o administrador público, na sua actuação, não pode desprezar o elemento ético da sua conduta. Ser leal à instituição é ter compromisso público com ela; é, em suma, assumir uma conduta que vai beneficiar a instituição e o desenvolvimento da sua função porque, no final do dia, muito se deve a ela: o salário, a formação, a experiência pública adquirida e um intransigente respeito!

A insatisfação com a conduta ética no serviço público é um facto que vem sendo constantemente criticado pela nossa sociedade. Há um descrédito da opinião pública a respeito do comportamento dos administradores públicos e da classe política daí a maior exigência para com a conduta daqueles que desempenham actividades no serviço e na gestão de bens públicos, com particular destaque para a nossa área.

Não podemos resignarmo-

nos ao que alguém uma vez disse: “*De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos maus, o homem chega a rir-se da honra, desanimar-se da justiça, e de ter vergonha de ser honesto*”.

Que os códigos de ética e de conduta a serem fiscalizados pela Comissão ora criada venham recordar-nos que devemos agir com dignidade, decoro, zelo, eficácia, transparência, competência, seriedade e compromisso com o bem estar da colectividade, para preservarmos a honra do serviço público, prestando serviço público de



qualidade à população. Afinal, esta última é quem alimenta a máquina governamental dos recursos financeiros necessários à prestação dos serviços através do pagamento dos tributos previstos na nossa legislação.

Todos Juntos Fazemos Moçambique!

A Directora
Berta Macamo



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE
GABINETE DO PRESIDENTE

TRIBUTAÇÃO DE MAIS-VALIAS

COMUNICADO Nº 3

COMUNICADO FINAL SOBRE A 'OPERAÇÃO ENI (28,571%)'

- Na sequência da cedência de 28,571% de interesses participativos detidos pela Eni S.p.A, na Bloco de Área 4 da Baía da Rovuma, através da sua subsidiária Società Ionica Gas S.p.A, correspondentes a 20% do interesse participativo na Área 4 da baía da Rovuma, a favor da CNODC Duath Cooperatief U.A, foram apuradas Mais Valias sujeitas a Tributação, do que resultou a monitorização e execução dos elementos essenciais do imposto, nomeadamente, a determinação da matéria colectável, a incidência da taxa aplicável, a liquidação e a cobrança do imposto.
- Nos termos do nº 2, do Comunicado nº 4, do Gabinete de Comunicação e Imagem da Autoridade Tributária de Moçambique, de 22/8/13 (citamos) "(...) A Comunicação Oficial e Final sobre a presente alienação aos Órgãos de Comunicação Social, será tornada pública no dia 28 de Agosto corrente, nas instalações da Autoridade Tributária de Moçambique" (fim da citação). Hoje, dia 28 de Agosto, aqui e agora, nos cumpre prestar informação e esclarecimento, por este intermédio, a todos os Órgãos de Comunicação Social, nacionais e estrangeiros, sobre o assunto.
- Os rendimentos provenientes da venda das acções da Ionica, na Eni East Africa SPA, resultantes da cedência de direitos em área offshore do Bloco da Rovuma, situado no território nacional, são tributáveis, de acordo com o ordenamento jurídico-legal em vigor aplicável, nomeadamente com fundamento no Código do Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (CIRPC), aprovada pela Lei nº 34/2007, de 31 de Dezembro, com destaque para os seus artigos 37, 38 e 45, bem como do Código do Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (CIRPS), aprovada pela Lei nº 33/2007, de 31 de Dezembro, com destaque para os seus artigos 13 e 40, e, ainda, na demais legislação complementar aplicável, nomeadamente a Resolução nº 27/99, de 8 de Setembro, que aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal, celebrada entre a República de Moçambique e a República Italiana, e no Direito Comparado.
- Para clarificação do princípio do Factor Gerador da Riqueza, o nº 5, art 5, do CIRPC dispõe que (citamos) "O território moçambicano compreende também as zonas onde, em conformidade com a legislação moçambicana e o direito internacional, a República de Moçambique tem direitos soberanos relativamente à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes" (fim da citação). Este princípio é aplicável, a toda e qualquer alienação e transação de títulos, onshore ou offshore, sem excepção, com fundamento nos imperativos de universalidade, equidade e justiça tributária.
- A área 4 da Baía da Rovuma, referência da alienação, concessionada a 1/02/07, ou seja, há mais de seis anos, é titulada por quatro concessionários, independentes, com interesse participativo, nomeadamente 1) Eni EA (70%), 2) Galp Energy (10%), 3) Korea Gas (10%) e 4) a moçambicana BNH (10%).
- Com a alienação dos 20% (correspondentes ao interesse participativo na Área 4 da Baía da Rovuma, e equivalentes aos 28,571% das acções detidas pela Ionica SPA na Eni EA), esta (Eni EA), passará automaticamente dos anteriores 70%, para 50%, na estrutura do interesse participativo, por cedência da parte alienada a CNODC.
- Tipificando as incidências, para o caso em apreço, como determinantes-chave para o apuramento do imposto, e com fundamento na Lei de Bases do Sistema Tributário Nacional (Lei nº15/2002, de 26 de Junho), conjugada com a Lei Geral Tributária (Lei nº 2/2006, de 22 de Março), nos CIRPC e CIRPS, citados, e no Direito Comparado (Sobre Prestações Pecuniárias e Prestações Patrimoniais), destacamos, dentro outras, nomeadamente:
 - O conceito de Mais e Menos Valias;
 - O princípio de dedução do lucro tributável e de correcção monetária;
 - O princípio da temporalidade de detenção de títulos de exploração (limites laterais fixados por lei entre 75% (dedução máxima), e 30% (dedução mínima), em função do período e eficácia da titularidade, e
 - Os fundamentos jurídico-legais da Dação em Cumprimento, aplicáveis.
- Da conjugação da aplicação legislativa, incidiram sobre a operação da alienação, duas parcelas complementares (prestação pecuniária e prestação patrimonial), a saber:

Parcela 1

- **Receitação Líquida do Imposto**, por apuramento directo, com fundamento em algoritmo de apuramento, igualmente aplicado em operações precedentes, com as variáveis (i) Valor Total de Realização (VR), (ii) Total dos Custos de Aquisição (CA), (iii) Taxa (Tpd), referente ao Período de Detenção dos Títulos (Casa Eni = 30%), (iv) Matéria Líquida Colectável (MC), (v) Taxa Única de Incidência em vigor de 32% (Tlu), e (vi) Apuramento Final do Imposto (AF) devido, do que resulta

$$[(VR-VA) * Tpd = 30\%] * (Tlu = 32\%) = \text{Apuramento Final Imposto (AF)} = 400.000.000 \text{ USD}$$

Onde VR-VA = Saldo das Mais e Menos Valias (SMMV) = 4.166.666.666,66 USD, donde MC = SMMV * 30% = 1.250.000.000 USD.

Parcela 2

- **Adicional por Compromisso Oficioso de Dação em Cumprimento**, sob a forma de investimento directo, no valor de 130.000.000 USD, aplicáveis na construção de raiz de uma Central Eléctrica de 75 MW, em Palma, Distrito da Mocimboa da Praia, Província de cabo Delgado, propriedade do Estado Moçambicano em 100%, a custo e risco zero. O investimento é uma forma de capitalização da prestação, pela função geradora de (i) emprego nacional, (ii) tributação nas diferentes sedes do imposto e (iii) partilha de tecnologias e know how no ambiente dos activos logísticos da Baía da Rovuma, considerando que o início de liquidação dos gás natural tem o seu início programado para 2018 (Até ali, a Central Eléctrica estará operacional).
- 9. Assim, no global, as duas prestações (pecuniária + patrimonial) totalizam **530.000.000 USD (= 400.000.000 + 130.000.000** (valor actual do investimento capitalizável)), onde o valor do Imposto por Receitação Líquida (prestação pecuniária) equivale a aprox. 75,5%, o melhor de sempre no País, em Tributação das Mais Valias. Só a prestação pecuniária, representa aprox. 2,5% do PIB Nacional, e a 74% mais do que as contribuições fiscais de todas as mega-projectos, juntos, em 2012.
- 10. Por "Message Trailer", de 23/8/13 pp, a Deutsche Bank Trust Company Americas New York, NY US, confirmou a Ordem de Pagamento do valor de **399.999.995 Usd**, a favor do Estado Moçambicano, resultante da dedução de 5 Usd, a título de "Sender's Charges" (Comissão de Transferência). Este diferencial será regularizado pela Eni EA/CNODC, nos próximos dias, para a devida correcção e autenticação fiscal.
- 11. Paralelamente, e de forma antecipada, a Società Ionica Gas/Eni EA, já oficiou as entidades competentes (MIREM/M Energia/M Finanças), sobre as diligências em curso visando a implantação da Central de Energia em Palma, no âmbito da prestação patrimonial, por Dação em Cumprimento.
- 12. Nestes termos, a Autoridade Tributária de Moçambique reitera o compromisso firme de prosseguir as acções de cumprimento dos imperativos do Direito Tributário relativamente às transacções de títulos, envolvendo ganhos de capital, em estreita parceria com todas entidades relevantes.
- 13. Exorta, para tanto, a todas as empresas visadas, em carteira, já notificadas, ou em curso, para uma maior colaboração possível, em tempo útil fixado por lei, no interesse das partes.


**TODOS JUNTOS
FAZEMOS MOÇAMBIQUE**

Todos Juntos Fazemos Moçambique.

Maputo, 28 de Agosto de 2013

O Presidente

Rosária B. F. Fernandes

Maputo acolhe X Conselho de Fiscalidade (Cont.)

Pressão da sociedade civil é justa quando não é feita a boa cobrança

- Presidente da AT, Rosário Fernandes

O Presidente da AT, vê com bons olhos a pressão que tem sido feita por parte da sociedade civil, quando não é feita a boa cobrança dos impostos. Rosário Fernandes reagiu, assim, aos vários pronunciamentos que nos últimos tempos ecoam por vários sectores da sociedade, numa clara alusão, de que é preciso cobrar impostos e de maneira justa até os detentores do grande capital, no caso vertente os mega projectos.

Rosário Fernandes foi peremptório e considera justo que se faça muita pressão nos dois sentidos do problema, pois, no seu entender,



quando não se faz a boa cobrança, é justo que haja uma grande pressão por parte da sociedade civil, e se diga que é preciso cobrar imposto até os detentores do grande capital, o caso dos megas, o que é bom, disse, na conferência de Imprensa, realizada no dia 1 do corrente mês, na sala do Conselho Superior Tributário (CST), convocada para anunciar os resultados da terceira operação das mais-valias. Referindo-se à mesma, o Presidente Rosário Fernandes frisou tratar-se de mais uma operação bem sucedida, do total das dez anunciadas. **“Tivemos três operações bem sucedidas, faltando agora sete”**, disse, para acrescentar que há empresas também envolvendo megas uma a outra que já deveria ter desembolsado o que deve nos termos da lei.

Nos últimos tempos, vozes da sociedade civil tem se insurgido alegadamente pelos parcos valores e/ou isenções que foram concedidas ao abrigo dos contratos firmados entre o Executivo e as multinacionais chegando mesmo a questionar se se teria sido acatado a componente da responsabilidade social.

Rosário Fernandes, afirmou que, a instituição continua a fazer a devida pressão sobre essas empresas para que paguem o imposto devido. Com relação às empresas que já efectuaram os seus compromissos desde a primeira com sucesso que foi a Cover Energy, depois a Vídecon e em seguida esta da EN SPA no Bloco da Área 4, na Bacia do Rovuma, referiu que de se encorajar sempre por serem de facto, a referência na tributação de mais-valias.

Observou que, o ordenamento jurídico legal não é novo. **“Temos nós aqui também esse protagonismo de podermos colaborar para fazer pressão, para que todas as transacções em sede de tributação ou sobre as mais-valias sejam objecto de tributação em momento próprio. É por isso que tivemos sucesso desde o ano passado a esta parte”**. Rematou. MV

do rácio fiscal em 0,5% do PIB. Tal cenário resultou na elaboração de uma proposta de revisão orçamental elevando o limite mínimo de arrecadação de 103.961,99 milhões de MT para 120.492. 3 milhões de MT, o equivalente a 25,7% do PIB como forma de fazer face as necessidades de reabilitação das infra-estruturas destruídas pelas cheias e de reassentamento das populações afectadas aliado à necessidade de incorporação das mais valias arrecadadas geradas por uma operação financeira em bolsa de valores de forma a conferir-lhes um carácter mais ordinário, o que permitirá a cobertura das despesas orçamentais.

Referiu que, a X Sessão do Conselho de Fiscalidade, se realiza num momento particular para o Ministério das Finanças, pelo facto de recentemente ter terminado no Distrito de Chókwè, na Província de Gaza, a sua reunião anual de balanço das actividades realizadas em 2012, e durante o primeiro semestre de 2013 e perspectivas de 2014. Esta magna reunião apreciou de forma positiva o desempenho das Finanças Públicas tendo dentre outros colocado desafios ao sector da arrecadação de receitas na perspectiva da proposta do Orçamento Rectificativo que fora aprovado pela Assembleia da República. (AR)

Com efeito, no domínio da cobrança de receitas registaram-se resultados positivos assinaláveis, com o alcance da superação das metas anuais estabelecidas pela AR. Quanto ao balanço da execução orçamental do primeiro semestre, constata-se que, a arrecadação da receita para os cofres do Estado cifrou-se em 55.564.71 milhões de MT, o equivalente a uma realização de 48,8% da meta anual fixada pela Lei Orçamental, e que representa um crescimento nominal de 27,3% face a de 2012 e um rácio fiscal de 11,8% abrindo boas perspectivas para o segundo semestre não obstante a revisão do limite

mínimo de receita a arrecadar recentemente fixada pelo Orçamento Rectificativo.

Dentre os factores que contribuíram para este desempenho da receita destaca-se a tributação das mais valias provenientes das operações de venda de acções de empresas que operam no sector mineiro e petrolífero, a verificação e correcção pontual das declarações anuais de rendimento e informação contabilística e fiscal e as cobranças resultantes de acções de controlo e fiscalização em sede de auditorias.

Apuramos que, do montante global arrecadado no semestre cerca de 7% resultaram da tributação de mega projectos, o que representa um crescimento nominal de 38,6% face à realização do período homólogo de 2012. Apesar do resultado ser satisfatório, persiste ainda o desafio de ver este sector a contribuir cada vez mais para a redução do défice do Orçamento do Estado que neste momento situa-se em cerca de 33%, disse Chang.

Mencionou que, o impacto destes empreendimentos foi igualmente objecto de análise na reunião de Chókwè onde se concluiu que apesar dos resultados positivos destes empreendimentos a AT deve fazer o acompanhamento das situações fiscais implícitas de modo a assegurar que todas e quaisquer acções de responsabilidade social não sejam um prejuízo de responsabilidades fiscais.

“Apraz-nos verificar que tal acção já foi iniciada, e encontra-se em implementação com resultados visíveis. Estamos cientes de que a materialização deste objectivo exige que os recursos humanos estejam capacitados”, observou.

Num outro passo, recomendou a prossecução e consolidação de uma estratégia de formação e capacitação dos recursos humanos, em especial em técnicas de auditoria fiscal, negociação de contratos, de combate aos crimes financeiros em geral, como premissa fundamental para um

Maputo acolhe X Conselho de Fiscalidade (Cont.)

melhor controlo das actividades desenvolvidas pelas empresas que operam nos sectores mineiro, petrolífero e florestal, para deste modo fazer face aos desafios que impõem a gestão dos recursos naturais, com vista ao almejado desenvolvimento e crescimento equilibrado do país.

Sublinhou que, a descoberta e o início da exploração dos recursos naturais gera expectativas associadas a utilização das receitas resultantes de tais recursos. **“Nós como Governo estamos cientes de que os resultados dos recursos naturais são limitados, e neste sentido estamos a trabalhar de modo a garantir que as receitas provenientes destes recursos sejam aplicadas em projectos produtivos e capazes de contribuir para a geração de renda criando assim o bem-estar social do nosso povo”**, acrescentou.

Até 31 de Julho do corrente ano, foram arrecadados 66. 907.555, 00MT correspondentes a uma realização de cerca de 103% face a meta do período inicialmente previsto.

“Este nível de realização de receita do Estado deve constituir encorajamento para se encarar com convicção o desafio imposto pela revisão em alta na receita para o qual contamos com a colaboração do sector privado, parceiro incontornável na fiscalidade de quem esperamos importantes contribuições nas discussões que são agendadas para a presente sessão do Conselho de Fiscalidade”, afirmou.

Para garantir a sustentabilidade da carteira fiscal a AT tem um papel preponderante como órgão do Estado responsável pela colecta de receitas. **“Este papel só pode ser realizado com sucesso com um sistema fiscal moderno e alinhado à**

melhores práticas regionais e internacionais”, anotou.

Chang, aflorou que, neste contexto, constituíram prioridades, a continuação das reformas do sistema fiscal, simplificando as leis e os procedimentos porque vai permitir uma maior e melhor contribuição dos recursos naturais cujo “boom” dos sectores mineiro e petrolífero tenham criado muitas expectativas catalisando a atenção de diversos segmentos nacionais e internacionais.

Nas palavras do dirigente, o processo deve continuar a contar com o envolvimento de todos os sectores com destaque para o sector privado e a sociedade civil como mostra a expe-

Competindo a AT, o papel de cobrança de impostos no cenário dos novos desafios de tributação dos recursos naturais, esta deverá estar preparada, fortificando a capacidade dos recursos humanos, que devem estar a altura de dominar todos os processos para garantir uma tributação justa e abrangente.

O Conselho da Fiscalidade a quem cabe analisar e acompanhar a evolução do sistema fiscal, as políticas tributárias, com vista a que se mantenham como instrumento decisivo de justiça social é a expressão da vontade política de trazer todos os actores da fiscalidade para o mesmo meio e aí partilharem os seus conhecimentos e experiên-

economia moçambicana”, salientou.

A tributação constrói o Estado

Na mesma ocasião, o presidente da Autoridade Tributária (AT), Rosário Fernandes, considerou que, a tributação é uma forma de construir um Estado funcional. A convicção foi expressa durante a abertura da décima sessão do Conselho de Fiscalidade, que teve lugar no dia 16 de Agosto do presente ano, no Centro de Conferências, Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo.

No entender deste dirigente, Estados dependentes de impostos estão dispostos a prosseguir políticas para expandir a economia, e assim a base tributária tem de desenvolver as suas instituições, para melhorar a capacidade de arrecadar o imposto e negociar os impostos.

Para este proeminente quadro, negociar os impostos é fundamental para a construção de relações de prestação de contas entre o Estado e o cidadão, pois, a tributação é o caminho para sair da dependência da ajuda externa.

Fernandes saudou de forma especial o Ministro das Finanças e a Governadora da Cidade de Maputo e outros representantes e personalidades que se fizeram também presentes ao acto.

O Conselho de Fiscalidade está consagrado na Lei nº1/ 2006 de 22 de Março, da Assembleia da República (AR), no seu Artigo 10, capítulo 3º, um órgão de consulta de carácter participativo que tem por missão analisar a evolução do sistema fiscal e das políticas tributárias, com vista a que se mantenham como instrumento decisivo de justiça social. O artigo 10, nº5, capítulo 3 da mesma lei define formas de funcionamento do Conselho de Fiscalidade através de áreas



Um pormenor da sessão do X Conselho de Fiscalidade

riência, com os seus conhecimentos sobre os processos técnicos e práticos a sua contribuição tem tido um impacto significativo no processo da revisão da legislação que pretende reflectir as suas responsabilidades. Assim, são chamados todos os sectores da sociedade a se engajarem nos esforços do Governo para o alargamento da base tributária aderindo de forma activa os esforços que estão a ser levados a cabo pela AT através das campanhas de educação fiscal e aduaneira e da popularização do imposto.

cias, para o engrandecimento do sistema fiscal contribuindo desta maneira para a simplificação e modernização dos processos com impacto na tributação e melhoria do ambiente de negócios no país.

“Deste modo, exortamos para que todos se engajem nos trabalhos previstos para esta sessão e que os pontos escolhidos sejam bem aprofundados, para que as discussões orientem para a maximização dos ganhos tendo em vista um sistema tributário cada vez mais simples, moderno que contribua para alavancar a

Maputo acolhe X Conselho de Fiscalidade (Cont.)

especializadas por força do Estatuto Orgânico estabelecido pelo Decreto nº 29/ 2006 de 30 de Agosto aprovado pelo Conselho de Ministros. A actuação do Conselho de Fiscalidade comporta três grandes áreas a saber: tributação interna, tributação aduaneira e acompanhamento da reforma tributária intervindo assim nas reformas legislativas.

Rosário Fernandes, fez saber que, o Conselho de Fiscalidade conta presentemente com três Peritos de Reconhecido Mérito, nomeadamente o: Dr. Gama Afonso, presidente da Câmara dos Despachantes, o PCA do Banco Terra, António Souto, o Dr. João Coutinho, Consultor e Financeiro, tendo exercido há mais de uma década a função de director nacional do orçamento e do tesouro no Ministério das Finanças.

Anunciou a entrada de novos especialistas para este órgão, tendo sido já admitidos e sujeitos à tomada de posse em data a marcar após consulta do Conselho Superior Tributário e inter-pessoal os quais se seguem: o Dr. Ângelo Macuácuá, actual Vice-Reitor da UEM e Consultor, o Dr. Joaquim Ribeiro de Carvalho, renomado quadro que já exerceu a função de Ministro, ex – bancário, foi funcionário do Banco Mundial, do ex-BPD e actual Consultor.

Na ocasião, endereçou a todos os Peritos de Reconhecido Mérito o expresso reconhecimento a distinta valia das suas contribuições para reforma do sistema tributário nacional pela melhoria da eficiência e da eficácia da administração fiscal. Acrescentou que, os Peritos de Reconhecido Mérito são por força do Artigo 10, nº2, capítulo 3º, alínea f., da já citada lei, membros permanentes do Conselho de Fiscalidade.

Entretanto, informou os presentes que no decurso da cerimónia teria lugar o acto eleitoral da Comissão de Ética que pela primeira vez tem lugar na instituição.

Cadastro fiscal sextuplica

Até ao pretérito dia 31 de Julho de 2013, foram registados 2.439. 852 NUIT atribuídos equivalendo a 21,22% da população formal e informal potencialmente activa, que se estima em 11,5% milhões de habitantes em 24 milhões de habitantes e 10,05% da actual população global estimada em aproximadamente um pouco mais de 24 milhões de habitantes.

Compulsando dados estatísticos, indicou que, na verdade, o cadastro fiscal de 2006 a 2013 sextuplicou passando de 391 mil para mais de 2,4 milhões oferecendo solidez à política nacional de alargamento da base tributária.

Em termos de desafios, a AT espera alcançar no fecho do corrente ano 2013, a proeza de registo de pelo menos 2.600 mil contribuintes em todo o território nacional, o que poderá significar quase sete vezes mais o nível de 2006. Do universo global de cadastrados aproximadamente 45% já possuem cartões de NUIT.

Apuramos que, em 2014, espera-se alcançar 2 milhões de contribuintes com novos cartões. Os desafios de 2013 incluem a atribuição de cartões de NUIT a todos os funcionários públicos até 30 de Setembro próximo. **“Hoje, aproximadamente 75% dos mais de 250 mil funcionários públicos já tem cartões. Isto é porque fizemos uma expansão territorial das máquinas de confecção de cartões, o que vai garantir que até 30 de Setembro consigamos atingir esse desiderato”**, como revelou Rosário Fernandes no seu discurso.

Enfatizou que, a expressão prática do alargamento da base tributária e de controlo das mercadorias do comércio externo está reflectida na existência no país hoje de 95 unidades de cobrança dos impostos internos contra 30 em 2006, ou seja, mais do que o triplo das 125 unidades aduaneiras entre fron-

teiras, e de uma forma geral, estâncias interiores. Exceptuando, as estâncias interiores todas as fronteiras terrestres estão potenciadas para albergar um serviço de recebedoria dos impostos internos locais onde não existam Postos de Cobrança sejam eles fixos ou móveis.

Soubemos que, a Cidade de Maputo representa neste formato integrado 620.196 registos de NUIT acumulados, o que equivale a aproximadamente um pouco mais de um quarto do universo nacional, o que é manifestamente significativo. Em registo só de pessoas singulares e na proporção pessoas singulares por total de registos, a Cidade de Maputo com 95.80% regista menos 2% que o universo nacional 97,8%, o que prenuncia uma solução de análise que é maior propensão de registos de novos singulares fora da capital onde a campanha de popularização de imposto é de mais incidência comparativamente a capital, explicou.

Meta acumulada já foi cumprida

Ainda no decurso do X Conselho de Fiscalidade, soube-se que no pretérito mês de Julho que constituiu o advento da apreciação do Orçamento Rectificativo pela Assembleia da República foi prodigioso ao realizar com êxito 103,65% da meta mensal, o que mereceu, sublinhou o orador.

Em termos acumulados, de 1 de Janeiro a 31 de Julho de 2013 a meta da Lei Orçamental acumulada foi cumprida rigorosamente em 102,93%, ou seja, aproximadamente 103%.

Tais realizações permitem-nos augurar a multiplicação de esforço de melhoria do nível de fiscalidade de 2012, tudo fazendo para ultrapassar os 24% desse ano, que é o correspondente ao rácio fiscal alcançado. Ajuntou que, no ano passado tivemos a proeza de alcançar a casa dos 24% que equivaleu a quase o dobro do que acontecia em 2005.

Note-se que, o Orçamento Rectificativo de 2013, acabado de ser aprovado no mês de Agosto pela actual legislatura da Assembleia da República fixa a nova tabela anual de receitas públicas em aproximadamente 120.5 mil milhões de Meticais, o que equivale a um acréscimo de aproximadamente 5,8% comparativamente a tabela de 113.9 mil milhões de Meticais fixada pela Lei nº1 /2013 de 7 de Janeiro. E, este acréscimo representará sobretudo um esforço adicional da Administração Tributária, para fazer face aos desafios das pressões conjunturais sobre a tabela de despesas públicas.

Comentando, o presidente Rosário Fernandes revelou na ocasião, que até ao pretérito dia 14 de Agosto de 2013 já se havia cumprido 56,2% do Orçamento Rectificativo anual já aprovado correspondente a mais de 67,7 mil milhões de Meticais de encaixe fiscal já canalizados à Conta Única do Tesouro (CUT). **“Este encaixe acumulado considera ainda parcialmente o impacto de tributação das mais valias da operação do primeiro semestre de 2013, o que equivale dizer que o saldo será repercutido ao longo do segundo semestre do presente exercício fiscal por imperativos de gestão prudencial das receitas públicas a título de receitas extraordinárias uma das fontes do direito de tributação”**, acautelou.

A X sessão do Conselho de Fiscalidade abordou temas candentes da fiscalidade de interesse nacional, como protagonismo nas políticas públicas de crescimento e de desenvolvimento económico e social do país, como sejam os impactos da revisão do Código do IRPS – primeira categoria, na especialização das retenções na fonte e na racionalização dos índices de reembolso, essas são incidências principais dessa revisão. A personalização da figura do contribuinte e a estratégia de reclassificação, descentraliza-

Maputo acolhe X Conselho de Fiscalidade (Concl.)

ção territorial e de gestão inteligente dos grandes contribuintes tal o seu impacto potencial na carteira sectorial e global de receitas públicas.

Num outro desenvolvimento, foi apresentado aos participantes o novo regime de gestão os trânsitos aduaneiros nos três principais corredores regionais de desenvolvimento do País, para melhor eficácia da gestão integrada do sistema da Janela Única Electrónica (JUE) tendo em conta o papel dos trânsitos na economia do comércio externo.

O papel da JUE e da e – Tributação como instrumentos de modernização de gestão da Administração Tributária no quadro de boas práticas internacionais, a tributação de recursos naturais que constitui a maior incidência temática da sessão comum de determinantes chave da carteira de receitas do cenário fiscal de médio e longo prazos a partir de 2006 e seguintes mais propriamente e os imperativos de formação, capacitação especializada dos recursos humanos aliados ao alinhamento dos indicadores de gestão com os padrões internacionais de competitividade.

Recordando, o lema do seminário do balanço de Execução Fiscal de 15 de Março último, foi a consagração da aliança estratégica entre o desenvolvimento acelerado dos recursos humanos e os desafios da tributação dos recursos naturais à escala nacional.

O impacto das máquinas fiscais electrónicas, entanto que, dispositivo de monitorização da memória fiscal das transacções correntes na revolução do sistema de facturação envolvendo todos operadores comerciais do sector formal e alguns segmentos do sector informal da economia. Sobre o assunto, Rosário Fernandes apontou que **“Quanto a esses últimos em razão da natureza das transacções e densidade do volume de negócios de acordo com as tabelas publicadas no Imposto Simplificado para os**

Pequenos Contribuintes”, para acrescentar que, há alguns que dada a dimensão dos seus rendimentos terão que ser requalificados para usarem máquinas fiscais no país, reflexão sobre a política de reembolsos e da dívida tributária, para permitir o ensaio de novos paradigmas de gestão, sustentabilidade e harmonia entre os actores activos e passivos da fiscalidade.

Finalmente, o X Conselho de Fiscalidade fez menção ao actual ordenamento do Código do Imposto sobre os Consumos Específicos e seu papel na tributação indirecta por controlo do consumo de substâncias nocivas a saúde pública, o controlo de produtos supérfluos e

médio e longo prazos.

Salienta-se que, os desafios do sistema tributário nacional apontam para a nossa total adesão aos imperativos do orçamento rectificativo 2013 no quadro da implementação dinâmica ao plano estratégico 2011-2014 em convergência com os indicadores centrais de estabilidade macro económica e de crescimento e de desenvolvimento acelerado da economia nacional.

Lucília Hama crê na partilha de ideias sobre justa tributação dos recursos

Intervindo no X Conselho de Fiscalidade, a Governadora da Cidade de Maputo, Lucília

Hama, na ocasião, afirmou que, o nosso país possui elevado potencial de recursos naturais, que em grande parte contribuem para o Orçamento do Estado. **“Mas continuamos a depender de financiamento externo, para levar a cabo a implementação de algumas políticas macro – económicas, para a satisfação célere e contínua das necessidades do nosso povo”**, observou.

Segundo ela, a contribuição para uma maior e eficiente arrecadação de receitas fiscais e para – fiscais para o Orçamento Geral do Estado (OGE) é uma tarefa de todos nós. Acrescentou que, a maior responsabilidade é dos empresários instando a estes para que dêem o seu maior contributo na arrecadação de receitas.

Em termos de receitas, no ano de 2012, e primeiro semestre do presente ano, a Cidade de Maputo arrecadou um valor na ordem de 221.828 mil MT, o que representa uma realização de 44,8% e um crescimento em 14,25% face a 2011.

No primeiro semestre do ano em curso, a Cidade de Maputo arrecadou uma receita estimada em 18 milhões de MT correspondente a uma realização de 41%. **“ Apesar deste volume de receitas, sentimos que ainda estamos aquém das necessidades reais da nossa cidade e que precisamos de redobrar mais esforços no sentido de alcançarmos as metas estabelecidas no Plano Económico e Social e no Programa Quinquenal do Governo”**, frisou.

Lucília Hama disse que tem vindo a acompanhar com bastante agrado o esforço empreendido pela AT no país, e em particular na Cidade de Maputo, no que se refere à implementação de novas infraestruturas e expansão dos serviços, para os locais mais próximos dos nossos contribuintes reduzindo deste modo as longas distâncias que os mesmos tinham que percorrer, para efectuar o pagamento das suas contribuições fiscais. **MV**



P-AT oferecendo à Governadora da Cidade de Maputo uma brochura sobre o Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária

outros.

O caso de sucesso de gestão de tributação autárquica em sede do Conselho Municipal da Cidade de Maputo dentre outros, informação sobre o balanço de consulta pública em matéria do projecto de revisão da legislação fiscal e específica relativa ao sector de minas e petróleos na senda do estabelecimento do regime fiscal, moderno, competitivo, em consonância com as melhores práticas internacionais, mas acima de tudo reflectindo os imperativos domésticos de uma política económica e social do país equilibrada e sustentável a

Hama, crê que, é chegado o momento de todos moçambicanos partilharem ideias, experiências e saber para uma justa tributação dos recursos naturais para o benefício das gerações presentes e vindouras.

Ela fazia alusão ao lema adoptado para a décima sessão do Conselho de Fiscalidade, **“ Todos Juntos na Justa Tributação dos Recursos Naturais Disponíveis”**, no decurso do evento, que nas suas palavras está de acordo com as expectativas e anseios do nosso País.

A governante fez parte das personalidades convidadas à X Sessão do Conselho de Fiscalidade.

AT alcança Estabilidade Fiscal

Texto de *Liége Vitorino*
Fotos de *Ozias Ngomane*

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) tem vindo a evoluir em termos de cadastro fiscal no sentido estratégico de alargamento da base tributária. Dados disponíveis indicam que, nos últimos sete anos, a instituição ultrapassou seis vezes mais o número de contribuintes cadastrados em 2006, ano que iniciou a actividade, passando de 391 mil para um pouco mais de 2.4 milhões registados até ao momento.

Os mesmos dados apontam uma evolução na arrecadação de receitas em quatro vezes mais em relação a 2006, passando de um pouco mais de 24 mil milhões de MT para 98.6 mil milhões de MT. No presente ano, a aposta é a arrecadação de receitas em mais de 120 mil milhões de MT. A informação foi avançada recentemente pelo presidente da AT, Rosário Fernandes, que afirmou que a instituição está no caminho de estabilidade de arrecadação fiscal.

Explicou que, a Administração do Sistema Tributário nacional é uma instituição nova que foi criada a 22 de Março, e implantada em Novembro do mesmo ano, com o nome de Autoridade Tributária de Moçambique (AT).

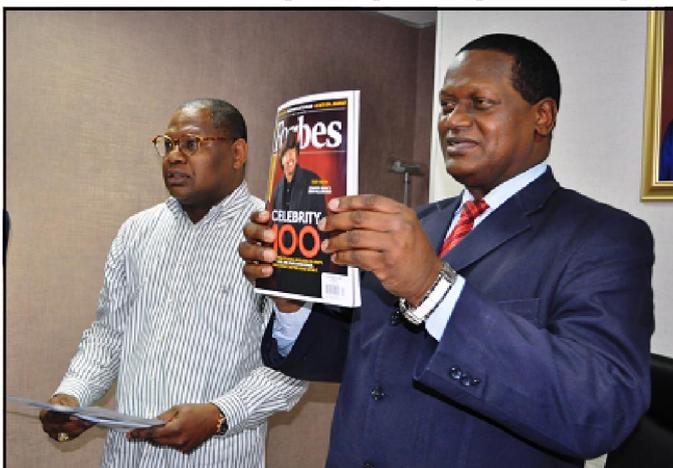
Em termos de recursos humanos, a AT possui neste momento 4.200 trabalhadores, tendo partido em 2006 de 2.750. Curiosamente, em 2006, só havia 10% de quadros com formação superior, com o nível académico de bacharelato para cima, mas de lá para cá a taxa evoluiu para 32%, sendo que a aposta da instituição cinge-se na formação e capacitação dos funcionários.

A informação foi prestada há dias pelo presidente Rosário Fernandes, numa audiência concedida ao Editor da Revista norte americana “FORBES”, Paul Trustfull, que se fazia acompanhar pelo empresário moçambicano Abílio Soeiro.

Num outro desenvolvimento, assegurou que, a instituição dá uma prerrogativa especial à comunicação e possui uma

articulação com o sistema de comunicação no País. O presidente Fernandes diz estar ciente que a Comunicação Social nacional enfrenta um sistema de concorrência, por parte do sector privado, situando-se o âmbito de comunicação social no sector público muito estreito, ocupando menos de dez por cento do conjunto em termos de estação televisiva, escrita e radiofónica, comparada ao privado que perfaz mais de 90 por cento.

Observou que, o Sector Privado com vários intervenientes pri-



Presidente da AT ladeado pelo editor da FORBES

vados ocupa diferentes artérias de comunicação. Esclareceu que, em matéria de comunicação interna e externa a AT privilegia a utilização de boletins informativos, da revista tributária que também é um mecanismo de intermediação usando essas estações de rádio privadas e pública.

Enfatizou que, sempre que a informação da AT se considere insuficiente complementa-se com veículos de maior complexidade em sede do sector privado ou sector público, naturalmente a título oneroso. **“Mas, a compensação é que desta informação resulte maior conhecimento da fiscalidade porque há estações de rádio, de televisão e também de comunicação escrita que chega aos diversos pontos recônditos, tais como, Distritos e Localidades onde também se**

revê a actuação da AT e queremos que o sistema tributário nacional seja amplamente conhecido”, disse.

Elucidou que, há toda a vantagem neste balanço de custo/benefício em termos de repercussão que pode ter a médio e a longo prazos. Pretende-se que a evolução não fique apenas em 2.4 milhões de contribuintes actuais, para uma população moçambicana que é um pouco mais de 24 milhões de habitantes, mas queremos que pelo menos um terço deste universo que corresponde a um pouco

nas relações do conhecimento internacional”, sublinhou.

Frisou que, nós estamos numa sociedade tecnológica e de conhecimento que nos obriga a usar esses veículos para garantir uma expansão cada vez maior na troca de informações entre vários ambientes distintos no desenvolvimento económico social.

“O nosso país não está isolado, encontra-se inserido num contexto regional que é a SADC, como sabe, nós temos também inscrições ao nível da União Africana e temos acordos com vários países, quer nos Estados Unidos da América, quer na África, como no resto do mundo Europa, etc.”,

disse, para acrescentar que, dentro do continente africano há acordos bilaterais e multilaterais envolvendo vários quadrantes. Só é possível garantir essa concertação com uma boa e moderna política em informação e comunicação. O exemplo da FORBES é inspirador para muitos órgãos de comunicação no país, referiu.

O presidente Fernandes agradeceu ao empresário moçambicano Abílio Soeiro pelo facto de ter criado a oportunidade de conhecer as portas para a inter-comunicabilidade com a Revista “FORBES” e esperar que da parte do Editor americano o testemunho que vai prestar dê o sentido de melhor articulação com os propósitos da sua edição. Mencionou alguns locais onde o Editor poderá escalar no seu regresso a Moçambique.

Por seu turno, o Editor Paul Trustfull agradeceu o gesto do P-AT em recebê-lo. Disse ser muito importante que o mundo saiba o que está a acontecer neste momento em Moçambique. Por exemplo, eu não sabia que vai-se construir um dos maiores portos aqui em Moçambique. O que o senhor Presidente está a fazer do ponto de vista da Autoridade Tributária é um grande exemplo do que a África está a fazer e penso que é muito importante que os homens de negócios a nível do

mais de oito milhões de habitantes possa estar nos próximos tempos registados no cenário fiscal.

Perspectivou que, até ao final do presente ano a AT espera poder registar cerca de três milhões de habitantes nestes um pouco mais de oito milhões de habitantes no mínimo que nós queremos ter como nosso horizonte.

“É uma revista tão prestigiada quanto a “FORBES” cuja informação é de mérito internacional que veicula informações classificadas sobretudo em termos de competitividade, porque revistas de mérito são competitivas, são aquelas que marcam a diferença na Comunicação Social e internacional e essa revista tem também um papel sinérgico sobretudo na divulgação, na reprodução do conhecimento,

AT alcança Estabilidade Fiscal (Concl.)

mundo conheçam as possibilidades e oportunidades que o país tem mas ao mesmo tempo tem que conhecer também as normas e os procedimentos aplicadas nesse país.

“O que o senhor Presidente está a fazer demonstra a transparência e a abertura que o país tem e ao mesmo tempo atrai o investimento estrangeiro para o país. Estou muito

satisfeito por aquilo que o senhor presidente acabou de descrever; os números falam por si. Serei o mensageiro para o grande mundo de negócios daquilo que o país está a fazer.

Estou na expectativa de ouvir a mensagem do senhor Presidente da República de Moçambique quando vier à Assembleia das Nações Unidas”, concluiu. MV

Comissão de Ética pronta para iniciar actividades na AT



Membros da recém-eleita Comissão de Ética da AT

O Dr. Joaquim António Macuácuca foi designado, ouvido previamente o Ministro das Finanças, por Despacho de nomeação do Gabinete do Presidente da AT, para presidente da Comissão de Ética Pública na Autoridade Tributária de Moçambique, nos termos do Disposto do Estatuto Orgânico da AT, do nº1, da alínea 1, do Artigo nº5, aprovado pelo Decreto nº 9/2010, de 15 de Abril conjugado com o nº 2, do art. nº 51, da Lei nº 16/2002, de 14 de Agosto.

A cerimónia teve lugar no decurso da X sessão do Conselho de Fiscalidade, realizada no pretérito dia 16 de Agosto, no Centro de Conferências Joaquim Chissano. O acto foi testemunhado por quadros e funcionários afectos às várias unidades orgânicas da AT e de outras instituições públicas, membros do Sector Privado, Peritos de Reconhecido Mérito e outras

individualidades.

O quadro Joaquim Macuácuca é coadjuvado por dois membros, nomeadamente José Julião Muchanga e Romani Blaunde que obtiveram a pontuação mais alta numa disputa que envolveu seis candidatos, dos quais duas mulheres.

Foi no decurso da X Sessão do Conselho de Fiscalidade, que foram eleitos dois candidatos de uma lista de seis, como membros da Comissão de Ética Pública da AT, por um universo de 99 funcionários representando as várias unidades orgânicas, a nível da região Sul.

O processo de votação começou com um ligeiro atraso, quando os ponteiros do relógio marcavam 20 horas, devido a algumas “zonas de penumbra” constataadas por alguns eleitores, que viriam a ser esclarecidas. Por exemplo, durante o processo a eleitora Berta Macamo manifestou-se apreensiva contestando

que a lista de candidatos ora apresentada pela região sul não estava em conformidade, pois faltava um dos candidatos que havia sido proposto para representar a região.

Dada a azáfama vivida na ocasião pelos eleitores, a insistência quase não teve “pernas para andar” tendo suscitado reparos por parte do eleitor Rosário Fernandes, que solicitou a intervenção do presidente

da Comissão de Ética pelo assunto exposto.

A preocupação de Berta Macamo viria a ser esclarecida pelo eleitor Fernando Catingue que prontamente repôs os factos, alegando ter havido unanimidade por parte dos funcionários eleitos na região sul, pondo termo ao equívoco. Posto isto, prosseguiu-se com o escrutínio, para o apuramento de dois dos membros e três suplentes.

Para se apurar a eleição de dois dos membros e três suplentes da Comissão de Ética da AT, em representação da instituição no país, a primeira eleição correspondeu a 99 o número de eleitores, para igual número de votos, que foram depositados na urna, sendo 5 em branco e 5 nulos.

Da eleição foram apurados os seguintes resultados : Catarina Amélia Buvane Rafael com 12 votos; José Julião Muchanga com 27 votos, Nércia Jacinta

Ubisse Chirindza com 10 votos, Pedro Agostinho Machissua com 10 votos, Romani Blaunde com 21 votos e Tomás Nhumbo com 9 votos.

Porque se registou um empate na primeira eleição, entre a Nércia Chirindza e o Pedro Machissua com dez votos cada, o acto de votação implicou uma segunda volta, que culminou com a vantagem da candidata Nércia Chirindza que obteve 39 votos em relação a Pedro Machissua que ficaria com 38 votos. Na segunda volta, apurou-se o número de votantes 94, sendo sete votos nulos e dez votos em branco.

O escrutínio viria a terminar com dois dos candidatos mais votados, para a Comissão de Ética Pública, sendo José Julião Muchanga com 27 votos e Romano Blaunde com 21. Como suplentes ficaram os candidatos Catarina Amélia Buvane, Nércia Chirindza e o Pedro Machissua.

Entretanto, passava das 21.30 horas quando os eleitores tomaram conhecimento da indicação pelo eleitor Rosário Fernandes, na qualidade de Presidente da AT, do futuro presidente da Comissão de Ética Pública na instituição, quadro este que teria sido seleccionado “a dedo”. Trata-se do quadro da AT, o Dr. Joaquim António Macuácuca, que na ocasião foi solicitado para se juntar aos apurados, onde foi lido o seu Despacho de nomeação.

À margem do acto, a nossa Reportagem auscultou o 2º candidato mais votado, na tabela de classificação do escrutínio, à corrida da presidência da Comissão de Ética, José Julião Muchanga, que expressou a sua

Comissão de Ética pronta para iniciar actividades na AT (Concl.)

Perfil de Joaquim Macuácuá

De nome completo Joaquim António Macuácuá, nasceu a 24 de Março de 1962, na localidade de Malovane, no Distrito de Manjacaze, na Província de Gaza. É filho de António Macuácuá e de Celestina Mondlhane.

É licenciado em Direito - Ciências Jurídicas pelo Instituto Superior Politécnico Universitário (ISPU).

Em 1983, ingressa na Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) e é afecto na área de Cobrança de Rendas do Posto nº1, na Cidade de Maputo, e no mesmo ano, integra-se na Brigada de Operação Produção frente à habitação. Em 1984, é designado para delegado da APIE junto ao Tribunal Distrital da Matola, isto antes da nova Divisão Administrativa.

Em 1985, é indicado como chefe de uma das brigadas a nível da Cidade de Maputo, para a introdução de novas rendas de casas do Estado, que actuou nos Bairros Malhangalene, Central, Polana e Sommerschild.

Em 1989, enquanto representava a APIE nos Tribunais Judiciais a nível da Província de Maputo e seus Distritos prestava assessoria jurídica ao chefe dos Serviços Provinciais da APIE de Maputo, na Matola.

Em 1997, é designado para chefiar a delegação nº1 da APIE, da Matola, e no mesmo ano frequenta e conclui com êxito um curso de auditoria na ADJ.

Em 2003, em Julho é afecto como Assessor Jurídico do Director Geral da APIE. Ainda em 2005, a seu pedido, transfere-se para o Ministério das Finanças e é colocado na Unidade Técnica de Reformas da Administração Financeira do Estado – UTRAFE, numa altura em que decorria a elaboração do Projecto de Regulamento de Contratação e Empreitadas e Obras Públicas Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado – Procurement, que posteriormente veio a ser aprovado pelo Decreto 54/2005 de 3 de Dezembro.

Após a sua aprovação viria a ser integrado no grupo técnico que tinha a missão de criar a Unidade Funcional de Previsão de Aquisições - UFSA e passou a técnico formador daquele regulamento para a sua aplicação a nível Central Provincial e Distrital.

Em 2006, é designado Coordenador da Área de Supervisão Normas e Contencioso na Unidade Funcional das Aquisições – UFSA, função que desempenhou até Maio de 2009, tendo como principal missão garantir que aquele regulamento de contratações públicas aprovado pelo Decreto nº 54/2005, de 3 de Dezembro fosse correctamente aplicado, e supervisionado pelos Órgãos e instituições do Estado incluindo as Autarquias e empresas do Estado, para além de ter dado formações e palestras em sessões de colectivos dos Ministérios, Governos Provinciais, Conselhos Coordenadores e Conferências tanto do Sector Público e do Sector Privado.

No campo da docência, em 2008, por concurso público foi seleccionado como docente no Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), para os módulos de Introdução à Administração Pública, Ética na Administração Pública e Reforma na Administração Pública.

Em 2009, devido ao mérito alcançado durante aquele período, em Julho foi solicitado pela Direcção da Autoridade Tributária de Moçambique para assegurar a assessoria na área de Procurement encontrando-se afecto neste momento na Direcção Regional Sul (DRS). **MV**

satisfação, afirmando que, o processo fora renhido.

Confidenciou-nos que, não esperava pelo resultado obtido, mas o “segredo” do sucesso foi a confiança depositada pelos

demaís colegas.

Interrogado se se sentiria capaz de exercer a tarefa considerou de difícil mas está apto a desafiá-la. **MV**

Obras da futura sede da AT avançam a bom ritmo

O Presidente Rosário Fernandes, efectuou no dia 19 de Agosto de 2013, a sua primeira visita às obras do futuro edifício – sede da Autoridade Tributária (AT), que está a ser erguido na baixa da Cidade de Maputo.

Trata-se de uma construção de raiz, que ocupa uma área coberta de 14 mil metros quadrados entre a Avenida 25 de Setembro e a Rua da Imprensa, onde está

à componente da estrutura em alvenaria.

Acompanharam o P-AT durante a visita, o Director Geral dos Serviços Comuns, Pedro Palate, a Directora Geral Adjunta dos Serviços Comuns para a Área de Administração e Finanças, Judite Fringe, a Delegada da AT da Cidade de Maputo, Margarida Saldanha, entre outros quadros e técnicos da instituição.



a ser erguida uma torre moderna de 12 andares, comportando um silo automóvel, um auditório, escritórios, gabinetes, gabinete – presidencial, um refeitório, entre outras áreas de serviço.

Refira-se que, desde 2006 a esta parte, por falta de um edifício próprio, a instituição vem desenvolvendo as suas actividades em escritórios alugados, o que onera sobremaneira o orçamento das despesas.

Em termos de empreitada, as obras propriamente ditas iniciaram em Fevereiro do presente ano, e estima-se que até Novembro próximo esteja concluída a primeira parte atinente

Na ocasião, o P-AT recebeu explicações técnicas do Eng.º Tiago Pereira da empreiteira lusa, Teixeira Duarte, que deu o ponto de situação sobre o estágio do projecto.

Abordado pela nossa Reportagem no final da visita, o P-AT manifestou-se visivelmente satisfeito com o curso das obras, e referiu que estão num bom ritmo, tendo felicitado a equipa técnica responsável pela obra.

Sublinhou que, até meados de Dezembro do próximo ano, poderão estar concluídas, segundo informações avançadas pelo director técnico da obra. **MV**

Confiança empresarial regista queda em Junho

Reuniu-se a 12 de Agosto de 2013, na sua oitava sessão ordinária, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO), onde se apreciou os desenvolvimentos recentes da conjuntura económica e financeira internacional e regional, assim como a evolução dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros de Moçambique, com destaque para a inflação e agregados monetários e creditícios. Na mesma ocasião foi analisada as projecções de inflação de curto e médios prazos e reveladas as medidas de política monetária mais adequadas para garantir o cumprimento do programa macro financeiro de 2013, segundo indica uma Nota recebida pelo Mais -Valia.

Conjuntura económica e financeira internacional e regional

O segundo trimestre de 2013 mostra sinais de maior optimismo na recuperação nos Estados Unidos da América (EUA), Japão, Reino Unido e Zona Euro. Assim, estimativas provisórias dão conta de que nos Estados Unidos da América (EUA) o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu, em termos anuais, 1,4%, após 1,3% no trimestre precedente, tendo-se a taxa de desemprego mantido em 7,6%. No Reino Unido o crescimento do PIB acelerou para 1,4% no período em análise, após 0,27% no trimestre anterior, tendo-se a taxa de desemprego mantido inalterada, segundo dados de Abril.

No grupo das economias desenvolvidas, destaca-se que no mês de Junho, o Japão registou uma aceleração da inflação anual, posicionando-se no terreno de variação positiva (0,2%), após um longo período de deflação. No mês de Julho, o Dólar dos EUA manteve-se forte em relação à Libra e ao Yen, mas enfraquecido face ao Euro. Os bancos centrais destas economias decidiram pela manuten-

ção das suas taxas de juro de política.

Nas economias emergentes do Brasil, China, Coreia do Sul, Índia e Rússia, informação que reporta o segundo trimestre de 2013 indica uma desaceleração no crescimento do PIB na China, em 20 pontos base (pb), para 7,5%, justificada pela redução das suas exportações no contexto do abrandamento da procura mundial. Por seu turno, o crescimento económico na Coreia do Sul acelerou em 80pb, para 2,3%. No mês de Junho, a inflação neste grupo de economias registou um comportamento misto, aumentando no Brasil para 6,7%, na China para 2,7% e na Índia para 9,9%, mantendo-se na Coreia do Sul em 1,0% e reduzindo na Rússia para 6,9%. O Dólar dos EUA manteve-se igualmente forte face ao Real do Brasil, à Rupia da Índia e ao Rublo da Rússia, mas enfraquecido perante o Yuan da China e o Won da Coreia do Sul. Os bancos centrais deste grupo de economias decidiram, no geral, pela manutenção das suas taxas de juro de política, exceptuando-se o do Brasil, que aumentou a sua taxa em 50pb, para 8,5%.

Ao nível das economias da SADC, a saber África do Sul, Angola, Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, dados preliminares referentes ao primeiro trimestre de 2013 indicam uma desaceleração do crescimento do PIB no Botswana, para 3,2%, após 3,7% no quarto trimestre

de 2012, penalizado pelo abrandamento do sector mineiro. Em Junho de 2013, a inflação acelerou na Zâmbia (7,3%) e no Zimbabué (2,9%), tendo-se mantido nas Maurícias (3,6%) e reduzido em Angola (9,19%), África do Sul (5,5%), Botswana (5,8%), Tanzânia (7,6%) e Malawi (27,9%). Em Julho, o Dólar dos EUA prosseguiu a sua tendência de fortalecimento face à maior parte das moedas da região, exceptuando-se a Rupia das Maurícias, que apreciou 0,3% em termos anuais. Em Julho, os bancos centrais da região mantiveram as suas taxas



Cortesia: <http://documentario-x.blogspot.com>

de e política, com excepção do das Maurícias, que reduziu, e do da Zâmbia, que aumentou.

Nos mercados internacionais, os preços médios das principais mercadorias com peso significativo na balança de pagamentos de Moçambique continuaram a registar uma tendência para redução, quando comparado com igual período de 2012, sendo de destacar, no período, a queda dos preços do carvão metalúrgico (27,1%), do ouro (16,2%), do açúcar (15,8%), do carvão térmico (10,4%), do arroz (9,9%), do gás (9,9%) e do alumínio (3,8%). No sentido oposto, registou-se os aumentos dos preços do trigo (13,5%), do algodão (13,3%), do milho (11,2%) e do Brent (8,6%). A variação mensal foi

também no sentido de redução de preços, exceptuando-se os preços do barril de Brent, algodão e milho, que registaram variações positivas. Dados do fecho do mês de Julho indicam que o preço do barril de petróleo registou um acréscimo mensal de 6,3%, fixando-se em USD 108,93. A cotação do barril de petróleo no dia 09 de Agosto de 2013 foi de USD 109,53.

Desenvolvimentos na Economia de Moçambique

Citando uma informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indica-se que em Julho, e pelo

terceiro mês consecutivo, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) da Cidade de Maputo registou uma variação negativa, desta feita em -0,34%, após -0,41% no mês anterior e 0,10% em Julho de 2012. Com esta variação, a inflação homóloga e acumulada recuaram para 4,95% e 2,94%, respectivamente, tendo a inflação média anual incrementado ligeiramente para 3,32%. A divisão dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas continuou a ser determinante no comportamento da inflação no mês em análise, ao registar

uma contribuição negativa de 0,39pp, a reflectir, essencialmente, o impacto da redução dos preços de coco, feijão-manteiga, tomate, couve, alface, amendoim, carne de bovino de primeira e cebola. A queda dos preços no mês foi atenuada pela variação positiva dos preços do carvão vegetal, das folhas de feijão-nhamba e da lavagem e lubrificação de veículos.

No mesmo sentido, o IPC Moçambique, que agrega os índices das Cidades de Maputo, Beira e Nampula, também registou uma variação negativa, em -0,23% no

Confiança empresarial regista queda em Junho (Concl.)

mês de Julho, após -0,38% no mês anterior e uma inflação de 0,03% em Julho de 2012. O comportamento do IPC Moçambique no mês foi sustentado pela queda do nível geral de preços nas três cidades consideradas. Em termos acumulados e homólogos, a inflação agregada desacelerou para 2,02% e 4,58%, respectivamente, tendo a inflação média anual incrementado para 3,29%.

O abrandamento do nível geral de preços em todo o país reflecte a estabilidade do Metical no mercado cambial doméstico, a manutenção dos preços administrados, a recuperação da produção doméstica de frutas, vegetais e leguminosas e os factores sazonais (época fresca).

O indicador de confiança empresarial, expresso pelo Índice de Clima Económico (ICE), publicado pelo INE, registou uma queda em Junho de 2013, interrompendo a trajectória ascendente dos últimos três meses. O declínio deste indicador foi determinado pela redução das perspectivas de procura pelo sexto mês consecutivo, bem como pelas perspectivas menos optimistas de emprego manifestadas pelos inquiridos, que interrompeu o perfil crescente dos cinco meses precedentes.

No sector monetário, dados provisórios relativos a Julho mostram que a Base Monetária, variável operacional de política monetária, registou um saldo de 42.543 milhões de Meticais, praticamente em linha com as estimativas feitas para o período. Este saldo correspondeu a um incremento mensal de 1.454 milhões (3,5%), reflectindo o aumento simultâneo das notas e moedas em circulação em 618 milhões de Meticais (2,4%) e das reservas bancárias em 836 milhões de Meticais (5,4%). Em termos acumulados e homólogos, a Base Monetária expandiu

em 1.457 milhões de Meticais (3,5%) e 7.727 milhões de Meticais (22,2%), respectivamente.

Dados provisórios das contas monetárias indicam que o saldo do endividamento do sector privado junto do sistema bancário nacional aumentou no mês de Junho em 1.349 milhões de Meticais (1,0%), fixando-se em 130.744 milhões, equivalente a uma variação acumulada de 12,5% e homóloga de 27,0%. Enquanto isso, o agregado mais amplo de moeda (meios totais de pagamento), agregado (M3), composto pelas notas e moedas em circulação e depósitos de residentes, excluindo os do Estado, aumentou no mês em 4.084 milhões de Meticais, para 189.950 milhões, o que traduz uma variação anual de 21,8%.

No sector externo, dados provisórios do final de Julho de 2013 apontam para uma constituição de reservas internacionais líquidas no montante de USD 105 milhões no mês, tendo o saldo ascendido a USD 2.401 milhões. A melhoria de reservas internacionais esteve associada ao desembolso de fundos de ajuda externa para o apoio directo ao Orçamento de Estado (USD 110,1 milhões), entrada líquida para diversos projectos do Estado (USD 30,7 milhões), aprovisionamentos líquidos efectuados pelos bancos comerciais junto do Banco de Moçambique (USD 20,2 milhões), compras diversas efectuadas pelo Banco de Moçambique (USD 9,5 milhões), remessas de rendimento de mineiros (USD 7,5 milhões), entretanto amortecidos pelas vendas efectuadas pelo Banco de Moçambique no Mercado Cambial Interbancário (USD 51,0 milhões), pagamentos diversos ordenados pelo Estado (USD 24 milhões) e pagamento do serviço da dívida externa (USD 17,0 milhões). Em termos de reservas internacionais brutas, o saldo do final

de Julho foi equivalente a 5,6 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais.

No Mercado Cambial Interbancário (MCI), no final de Julho o Metical esteve cotado em 29,85 por Dólar dos EUA, o que representa, em termos acumulados e anuais, uma depreciação de 1,15% e 5,78%, respectivamente. No mesmo período, a cotação do Metical em relação ao Rand foi de 3,03, equivalente a uma depreciação nominal do Metical de 1% no mês e apreciação acumulada e homóloga de 12,68% e 12,43%, respectivamente.

No Mercado Monetário Interbancário (MMI), as taxas de juros médias ponderadas da subscrição dos Bilhetes do Tesouro com as maturidades de 91 dias, 182 dias e 364 dias aumentaram em 13 pb, 38 pb e 10 pb, para 4,94%, 6,50% e 7,02%, respectivamente.

Comparando estas taxas com as praticadas em igual período de 2012, observa-se que as mesmas reduziram 1,10 pp, 30 pb e 55 pb para as maturidades acima assinaladas, respectivamente. A taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito no MMI aumentou em 5 pb, para 3,30%, tendo a sua variação anual reduzido em 33 pb.

No mercado a retalho, a taxa de juro média de empréstimos praticada pelos bancos comerciais nas suas operações com o público, com o prazo de um ano, fixou-se em 20,17% no mês de Junho, com um ligeiro incremento quando comparado com o mês anterior. Para a mesma maturidade, a taxa de juro média dos depósitos reduziu, no mês, em 96 pb, para 9,34%, tendo-se no período a prime rate média do sistema bancário situado em 15,4%.

Política Monetária

O Comité de Política Monetária tomou nota dos sinais ténues de

recuperação de algumas economias desenvolvidas, como são os casos dos EUA e da Alemanha; da prevalência de estimativas de recessão na maioria dos países da Zona Euro e da tendência mais recente para o abrandamento do crescimento económico dos países de mercados emergentes. A manutenção deste panorama, acrescida da volatilidade dos preços das principais mercadorias poderá, a prazo, afectar a dinâmica dos principais indicadores da economia moçambicana.

O órgão registou também o abrandamento que se observa no comportamento da inflação doméstica, bem assim a melhoria das suas perspectivas no curto e médio prazos, em linha com os objectivos estabelecidos no programa financeiro para 2013.

Neste contexto, o Comité de Política Monetária considera apropriado ajustar em baixa as suas taxas de intervenção no Mercado Monetário Interbancário, contribuindo para um ambiente de taxas de juro mais atractivas no mercado a retalho, sem prejuízo da observância dos padrões de prudência da política monetária, perante os riscos prevaletentes na conjuntura doméstica e internacional. Assim, deliberou:

- Intervir nos mercados interbancários para garantir que a base monetária não ultrapasse 43.817 milhões de Meticais, no final de Agosto de 2013;
- Reduzir, com efeitos imediatos, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 25 pontos base, para 8,75%;
- Reduzir, com efeitos imediatos, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 25 pontos base, para 1,5%; e
- Manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias, fixado em 8,0%. **MV**

Arrecadação Fiscal: Sofala mantém saldo positivo

- segundo Director Regional Centro

Entrevista conduzida por *Liége Vitorino*



Director Regional Centro, Daniel Tovela acompanhado da delegada da AT, Sandra Alves, quando visitava as instalações da VALE Moçambique em Tete (foto: Arquivo DRC)

A Província de Sofala continua a manter uma boa “performance”, com superavit (excesso das receitas sobre as despesas), tendo contribuído com 59,2% no primeiro semestre que culminou com um desempenho de 103%, superando a meta fixada.

Em entrevista exclusiva concedida ao “Mais Valia”, o Director Regional Centro na AT, Daniel Tovela, precisou que, tem sido a província com maior peso, o equivalente a 59,2% na estrutura de arrecadação regional.

Justificou que, a evolução resulta do aumento da actividade económica no País sobretudo no que tange ao exercício de sensibilização dos agentes económicos através da educação fiscal e popularização do imposto, acções de auditoria e fiscalização, incluindo as operações de fiscalização e de controlo de mercadorias em circulação, com maior enfoque as que se encontram em trânsito internacional.

Mais-Valia (MV) Senhor Director, como caracteriza o actual estágio da receita a nível das quatro províncias da Região Centro?

Daniel Tovela (DT) - A meta fixada para a Região Centro, no primeiro semestre foi de 6.875 milhões de meticais tendo sido arrecadados 6.933 milhões de Meticais, o que se traduz na sobrecompensação de 100.84 % e um crescimento nominal de 21.6% se comparado a igual período de 2012, perfazendo 1.42% do Produto Interno Bruto (PIB).

A Província de Sofala continua a liderar, e contribuiu com 59.2% do total da arrecadação semestral, seguindo-se Tete com 26.3%, Manica com 7.9% e Zambézia com 6.6%.

Na totalidade das receitas cobradas, 53% são provenientes dos Impostos Internos e 47% dos impostos são do Comércio Internacional.

Sob ponto de vista de desempenho face à meta estabelecida e em função das unidades opera-

tivas, os Impostos Internos lideraram o semestre com uma realização de 103.48% contra 99.25% dos Impostos Externos. No que tange ao desempenho por província foi de 103, 102, 99 e 96.6% distribuídos pelas Províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia.

MV - O que estará por detrás desse “boom”?

DT - Este crescimento resulta do aumento da actividade económica no país, associado a trabalhos de sensibilização dos agentes económicos a não optarem por práticas ilícitas através da educação fiscal, popularização do imposto, acções de auditoria e fiscalização e ainda as operações de fiscalização e de controlo de mercadorias em circulação, com maior enfoque para mercadorias em trânsito internacional com o uso do sistema da Janela Única Electrónica - JUE.

MV - Pode falar-nos do crescimento nominal em termos de unidades operativas?

DT - Em termos de unidades Operativas da DGA e DGI, o crescimento nominal foi de 21.6%, em relação a igual período de 2013. Contudo, há ainda um grande desafio sobretudo para o segundo semestre onde o programa de arrecadação foi de 8.700 milhões MT contra os 6.875 milhões de MT alcançados no primeiro semestre.

É de domínio público que, as cheias que se registaram no início do ano provocaram danos enormes na componente de infra - estruturas do País, criando desta forma uma forte pressão sobre a tabela de despesas, e isso naturalmente implica uma revisão em alta da Lei Orçamental.

MV - Neste momento, a Província de Tete, devido a implantação dos mega projectos, nomeadamente na área de recursos naturais, está a conhecer uma grande movimentação no que tange a multiplicação de outros serviços. Senhor Director, até que ponto, isso influencia positivamente a receita?

DT - É verdade que a actividade económica na Província de Tete conheceu um crescimento assinalável, daí que a AT lançou igualmente um maior desafio para na arrecadação que passou de 1.3 mil milhões de MT do primeiro semestre de 2012, para 1.8 mil milhões MT para o período análogo de 2013. Acredito que, o pensamento do programador se baseou sem dúvida nestes sinais de crescimento económico da Província. Mas, se formos a analisar o desempenho de Tete podemos ver que fechou o semestre com 99.5% de arrecadação que se justifica pela falta de cobrança total esperada das Mineradoras Vale e Rio Tinto. Sistemáticamente, apontam o problema da falta de capacidade da linha de Sena como estando na origem da pouca contribuição no imposto sobre a produção de carvão, isto por um lado. Por outro lado, as Alfandegas registaram cobranças assinaláveis na

Sofala mantém saldo positivo - Cont.

fase do investimento das mineadoras porque certas mercadorias que não da Classe K pagavam direitos e demais imposições aduaneiras mas nesta fase de exploração, praticamente que não existem receitas para as Alfândegas.

MV – Cada província com a sua peculiaridade. Como descreve o cenário da região em termos de captação da receita?

DT - Falando da peculiaridade de cada província, importa realçar que, a Província de Sofala é a maior colectora de receitas e há um grande desafio para as Alfândegas, pois esta província é uma das poucas onde o peso da arrecadação das Alfândegas se aproxima ao peso dos Impostos Internos, concretamente na proporção semestral 48.5 e 51.5%, respectivamente.

Por exemplo, o nível de 103% alcançado em Sofala é fruto do maior controlo que se imprimiu sobre as mercadorias em trânsito e de algumas mudanças estruturais introduzidas no mês de Março passado, aliado ao crescimento económico que se regista na província e nas cam-

panhas de educação fiscal, popularização do imposto e modernização tecnológica.

Tete é o segundo maior colectora da região, mas que por motivos atrás mencionados se situou a 99.5% em relação a meta estabelecida. Contudo, um plano “B” já foi desenhado a nível da região estando na fase de implementação em Tete, para fazer face a eventuais desequilíbrios das mineadoras, pois, é muito normal apresentarem problemas logísticos que atrapalham a exportação ou a produção do carvão. A título de exemplo, aquando a última visita efectuada à empresa Vale, foi-lhe dito que a produção estava paralisada devido a falta de licenciamento da empresa que iria fornecer o serviço de detonação do carvão na mina, depois de ter rescindido o contrato com a fábrica de explosivos de Moçambique. O plano “B” atrás referido inclui o controlo das importações das empresas subcontratadas das mineadoras que tem se beneficiado ilicitamente dos benefícios fiscais dos seus fornecedores.



Daniel Tovela dialogando com responsáveis da VALE Moçambique (foto: Arquivo DR)

MV – Que cenário antevê a curto e a médio prazos?

DT - Com efeito, já existem sinais de fecho em alta no que tange a arrecadação em Tete durante o mês de Julho, uma sobrecompensação em 116% e 118% é da meta dos Impostos Internos e 115% a meta das Alfândegas.

MV – Desafios para a Província de Manica?

DT - Manica, fechou com 101% da meta, pois, tinha para o semestre um desafio de 541.1 milhões de MT e cobrou 548.6 milhões de MT. Tanto a área operativa das Alfândegas assim como a área operativa dos impostos internos superaram as suas metas em 100.34 e 102.82%, respectivamente.

A província sobrevive das poucas importações provenientes do Zimbabué e da África do Sul, assim como de impostos principalmente em sede do IVA e ISPC.

MV – O que podemos esperar da Zambézia?

DT - A Província da Zambézia contribuiu com 6.6% da receita semestral da Região e em relação ao seu desafio do período, não foi para além da casa dos 96.6%. Este nível de desempenho encontra justificação pelo facto de que durante as enxurradas registadas no início do ano, houve danificação de infra -

estruturas principalmente vias de acesso que impediram o transporte de madeira para a exportação através do Porto de Quelimane. A receita proveniente da actividade madeireira representa mais de 20% da arrecadação da Província. Contudo, esforços estão sendo feitos no sentido de se encontrar alternativas para fazer face a qualquer desequilíbrio resultante da falha de cobrança num determinado contribuinte.

MV – Em termos de perspectivas para o segundo semestre?

DT - São encorajadoras, pois, muita madeira está sendo transportada para o Porto de Quelimane a fim de ser exportada. A empresa Emodraga vai iniciar com a dragagem do canal para permitir a entrada de navios de grande calado com maior frequência.

Sob posto de vista de perspectivas imediatas, importa referir o início da exportação de áreas pesadas de Inhassunge e Chinde ainda que em pequenas quantidades nesta fase de testagem laboratorial do produto. A médio e longo prazos são de destacar vários empreendimentos em carteira, tais como, a construção de uma linha-férrea de 525 km, ligando a zona costeira de Macuzi à Tete, atravessando os Distritos de Morrumb

JUE consolida-se na Zona Centro

Neste momento, todos os utilizadores do sistema estão na fase de consolidação. Conforme podemos acompanhar, o módulo do trânsito aduaneiro na Janela Única Electrónica (JUE) foi implementado através da Ordem de Serviço nr.03/DGA/13, de 1 de Abril, com fundamento legal descrito no DM n.º 16/2012, de 1 de Fevereiro, abrangendo as Províncias de Sofala, Manica, Tete (na Região Centro), Província de Maputo e Cidade de Maputo (Região Sul).

Logo após a introdução da JUE para o módulo do trânsito, houve grande resistência por parte dos transitários, sobretudo os que não reuniam requisitos para serem cadastrados. De um universo de 170 transitários que antes operavam, foram reduzidos para menos de 40.

Observou que a redução atrás mencionada fez com que alguns operadores de trânsito tentassem desacreditar o processo, mas tudo ficou resolvido quando se descobriu que o problema não era do sistema, mas sim da falta de capacidade financeira dos transitários para a prestação das garantias previstas na Lei.

Para atender a esta inquietação, porque havia necessidade de se descongestionar o porto, a AT tomou uma medida imediata, mas transitória que consistiu na aceitação do acréscimo de garantia até ao dobro, mediante a assinatura de um termo de responsabilidade.

MV

Sofala mantém saldo positivo - Concl.

bala, Nicoadala e Namacurra. Está prevista a conclusão ainda este ano da asfaltagem da estrada Quelimane Milange no troço Alto Benfica/Milange, numa extensão de 100km. Na esteira dos grandes investimentos prevê-se também a criação da Zona Económica Especial e do Porto seco de Mocuba no decurso do presente ano bem como a construção do Porto de águas profundas de Macuze, incluindo uma linha-férrea em Tete, numa extensão de 525 km.

MV – No caso da província de Manica, que em tempos idos foi um autêntico corredor, o que se vislumbra a breve trecho de modo a maximizar a receita entendendo o potencial em termos de recursos naturais?

DT – As receitas em Manica começaram a registar alguma queda depois da crise política e económica no Zimbabué, que representava cerca de 60% das receitas cobradas pelas Alfandegas na importação de mercadorias. Neste momento, Manica sobrevive de algumas importações provenientes principalmente da África do Sul via Zimbabué e da tributação da actividade comercial local.

O sector agrícola e industrial tem tido maior contribuição em relação ao de serviços e turismo. A maioria das mercadorias em trânsito são provenientes do Porto da Beira para o Zimbabué e no sentido contrário, tais como, tabaco, algodão e chá que é exportado através do Porto da Beira.

Falsos transitários diminuem na região Centro

O Director Regional Centro na AT, Daniel Tovela, considera que, o número de apreensões resultantes do trânsito falso reduziu drasticamente devido à obrigatoriedade da prestação de garantia em 100% das imposições devidas. Contudo, o contrabando de cigarros provenientes do Zimbabué ainda ocorre e só durante o primeiro semestre de 2013, houve apreensão de



O Posto Fiscal de Pebane, Zambézia, é visto como um dos pilares para o incremento das receitas fiscais naquela província (foto: Arquivo DRC)

mais de 2.000 caixas de cigarros.

De acordo com o nosso entrevistado, para fazer face a essas ocorrências, a nível da zona Centro fortaleceram-se as equipas de fiscalização, de investigação e inteligência, assim como o controlo cerrado das mercadorias em circulação nos postos fixos de Dondo, Inchope, Catandica, Changara e Nicoadala, para além das brigadas móveis que operam em toda Região.

Interrogamos o quadro superior da AT sobre as zonas onde se verifica maior incidência de

produtos contrabandeados. Respondeu que, um corredor foi sempre local de ocorrência de vários cenários ligados a contrabando. **“O corredor da Beira é essencialmente de trânsito e conforme sabemos, os agentes que praticam fuga ao fisco preferem declarar mercadoria como sendo de trânsito já que estão isentas do pagamento de Direitos e mais imposições aduaneiras, com o intuito de descarregar na Beira e mais tarde praticarem o acto ilícito de introdução dessas mercado-**



Contando já com uma UGC na Beira, a zona Centro deverá ter em breve mais uma unidade do género (foto: Arquivo DRC)

rias no mercado nacional”, explicou.

Num outro desenvolvimento disse que a relação entre a AT e os contribuintes tem sido excelente. “É uma relação de abertura, de sinceridade, de convívio, de aprendizagem de entendimento/parcerias e sobretudo de respeito mútuo no encaminhamento da coisa pública. Uma relação de abertura porque a AT não tem nada a esconder. As suas acções são reguladas por lei que para além de estar disponível ao público, é divulgada de várias formas aos sujeitos passivos. Relação de sinceridade pois há uma grande responsabilidade no desempenho das tarefas e tornar o processo sério e credível”, ajuntou.

Referiu que as campanhas de educação fiscal e popularização do imposto são feitas num ambiente de festa/convívio entre os agentes da Administração Fiscal e a população em geral.

Esclareceu que, a aproximação dos serviços tributários ao contribuinte mostram o respeito e a economia de tempo que o contribuinte ganha no processo da realização do seu dever. **“Há vários memorandos de entendimento que a AT rubricou com vários segmentos da sociedade desde empresas do sector formal e informal, músicos, universidades, e outros”,** disse.

Soubemos que, na componente de educação fiscal e popularização do imposto, foram realizadas no primeiro semestre várias palestras nos mercados, escolas, centros de aglomeração populacional, nas reuniões dos Governos Provinciais, Distritais e locais. O cadastro fiscal em NUIT culminou com a atribuição de 75.716 NUIT de um programa de 77.275 NUIT correspondente a 97,98%.

Dos NUIT atribuídos, 74.919 foram para pessoas singulares e 797 a pessoas colectivas, correspondendo a 99 e 59%, respectivamente. **MV**

Em Foco: MIREM reúne XXVIII Conselho Coordenador

Texto de *Liége Vitorino*
Fotos de *Ozias Ngomane*

Os trabalhos de prospecção e pesquisa de grafite em Balama, na província de Cabo Delgado, prosseguem tendo sido já identificados recursos estimados em 564 milhões de toneladas de grafite de boa qualidade, com 97% de carbono. O estudo de viabilidade já submetido indica uma produção anual de 220 mil toneladas de concentrado de grafite por ano, cuja exploração poderá empregar mil trabalhadores directos e indirectos, num investimento total estimado em 120 milhões

Maputo, Maria Jonas, o Vice Ministro dos Recursos Minerais, Abdul Razak, o Secretário Permanente, membros do Governo Provincial, o Administrador da Manhica, membros do Conselho Coordenador e outros convidados.

A governante indicou que este ano, o País registou um incremento considerável de títulos mineiros perfazendo um total de 264. Ajuntou que, esforços continuam a ser desenvolvidos para a conclusão da modernização do sistema de gestão de títulos mineiros,

jectos de exploração de calcário, para alimentar igual número de fábricas de cimento, e continuam em exploração diatomites no Distrito da Manhica, matéria prima que é utilizada tanto na agricultura e pecuária assim como na indústria de óleos e cervejas, como excelente filtro natural.

De acordo com a Ministra Bias **“uma das principais linhas de política do sector é a promoção da pesquisa e investigação geológica para melhorar o nosso conhecimento sobre as**

Maputo e Gaza que resultaram na produção de quatro cartas de ocorrências minerais, tais como, calcário, argila e areia para construção.

Falou da conclusão do estudo de aquíferos através de métodos geofísicos no Distrito da Katembe, em Maputo, tendo como resultado sido identificados dois aquíferos, sendo um superficial e outro semi-confinado.

Paralelamente,, prosseguem trabalhos de cartografia geológica e inventariação de metais preciosos e de pedras preciosas no Distrito de Macanga, na Província de Tete, tendo sido identificadas algumas anomalias de Níquel (Ni), Zinco (Zn), Prata (Ag), Volfrâmio (W), e Antimónio (Sb) incluindo a continuação de estudos da movimentação das placas tectónicas do Rift do Este Africano dentro do nosso território.

“Continuamos a registar progressos nos trabalhos de prospecção e pesquisa de areias pesadas em Jangamo e Xai-Xai, nas Províncias de Gaza e Inhambane, estando a decorrer os estudos de pré-viabilidade dos projectos”, disse.

No âmbito do processo de expansão da fábrica de areias pesadas de Moma, na Província de Nampula, tendo em vista o aumento da sua capacidade instalada de 800.000 ton/ano de ilmenite, para 1.200.000 ton/ano, as actividades encontram-se na fase conclusiva com a montagem em curso da nova planta de concentração e da nova draga.

A governante afirmou que, na Província de Maputo, em Matutuine, encontram-se em desenvolvimento dois projectos para a produção de cimento, estando um na fase conclusiva de instalação de várias infraestruturas produtivas e o outro na fase de obtenção de DUAT e licença ambiental.



de dólares. Relativamente ao grafite de Ancuabe decorrem trabalhos de reabilitação das infra-estruturas da mina, de processamento e serviços de apoio, prevendo-se o início da produção em 2014. O facto foi tornado público pela Ministra Esperança Bias, durante a abertura do XXVIII Conselho Coordenador do Ministério dos Recursos Minerais que decorreu de 4 a 6 de Setembro último, na Vila da Manhica, Distrito de mesmo nome, sob o lema “Recursos Minerais e os Desafios do Futuro”. Tomaram parte no evento, a Governadora da Província de

tendo sido instalado e melhorado o sistema de licenciamento informatizado com o desenho e lançamento on-line do portal, que comporta também a inserção no sistema de informação sobre contratos mineiros e do processo Kimberley.

Sublinhou que, a conclusão da expansão do Cadastro Mineiro e o respectivo apetrechamento para as restantes seis províncias, nomeadamente Cabo Delgado, Niassa, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo será efectuado até finais do presente ano.

Actualmente, estão em desenvolvimento dois grandes pro-

riquezas minerais existentes no país, bem como estimular o aumento da produção dos recursos minerais. Assim, continuamos a registar com agrado um incremento significativo na actividade de prospecção e pesquisa geológica e desenvolvimento de novos empreendimentos mineiros”.

Mencionou os acontecimentos e aspectos mais relevantes no âmbito das actividades do sector, tendo afiançado, na área geológica a conclusão dos trabalhos de identificação de potencialidades minerais nos distritos de Magude, Massingir e Mabalane, nas províncias de

MIREM reúne XXVIII Conselho Coordenador (Cont.)

Para ambos, o início da produção está prevista para 2015.

Na senda da reactivação das antigas unidades produtivas e como forma de garantir melhor aproveitamento dos jazigos já conhecidos, como são os casos de areias pesadas de Chibuto, mármore de Montepuez, jazigos de ouro em Manica e a pedreira de Moveve, na Província de Maputo, está em curso o processo de licenciamento através de concursos públicos para potenciais investidores.

Como forma de aferir a melhor estratégia para a produção de tantalite em Moçambique, tendo em conta as actuais exigências do mercado internacional, o Ministério dos Recursos Minerais está a preparar a realização de um estudo sobre toda a cadeia produção e mercados deste produto

Cresce investimento no Carvão

No âmbito do incremento da produção de carvão em Moçambique, testemunhamos há bem pouco tempo a inauguração do empreendimento de Chirodzi, na Província de Tete, que contou com a presença do Chefe de Estado moçambicano. O valor total de investimento está estimado em 180 milhões de dólares americanos, prevendo-se uma produção anual total de 6,5 milhões de toneladas de carvão.

O empreendimento de Moatize com um investimento total de cerca de 4 biliões de dólares, incluindo a fase de expansão ora em curso, irá produzir 22 Mtpa, empregando actualmente 1.281 trabalhadores directos, sendo 91 % da mão-de-obra de nacionalidade moçambicana. Na mina de Benga onde foram investidos 850 milhões USD, a produção de carvão iniciou em Maio de 2012 com um total de cerca de 800 mil toneladas.

Nas minas de Moatize (Chipanga XI) foram

produzidos no primeiro semestre de 2013, 5.011,59 toneladas de carvão.

Quatro novas Concessões Mineiras para carvão foram aprovadas, prevendo-se um investimento global de 5.091,69 milhões de dólares americanos sendo.

No que tange a recursos naturais destaca-se a mina de Revubóe, com investimentos estimados em 746 milhões de dólares americanos e uma produção total de 7,0 Mt/ano de carvão. O Projecto Zambeze, com um investimento estimado em 3.300 milhões dólares prevê produzir um total de 258 milhões de toneladas.

Apuramos que, a mina da Midwest, com investimento inicial estimado em dólares 758.00 milhões estima produzir 7,2 milhões de toneladas de carvão e prevê empregar cerca de mil trabalhadores.

No que se refere ao carvão importa realçar o projecto Ncondezi com um investimento inicial de 288 milhões de dólares americanos prevê produzir 7,2 milhões de toneladas de carvão térmico por ano.

A Ministra Bias deu a conhecer que foi concluído e está em análise o estudo de viabilidade e o estudo do Impacto Ambiental do projecto de Titanomagnetite de Chitongue, na Província de Tete. As reservas estão avaliadas em 270 milhões de toneladas e prevê-se uma produção de 1 a 2Mt/a escalonável até 4 Mt/a, e início para 2016, acrescentou.

“Capitalizando a existência, na mesma província, de grandes quantidades de carvão, minério de ferro, energia e água, foi submetido uma proposta para implantação de uma indústria siderúrgica para produção de ferro-gusa, matéria prima importante para a fundição do minério de ferro e produção de aço, bem como ligas de vanádio, prevendo-se um investimento total de 1.2 biliões de dólares americanos”, disse.

Dado o papel que Moçambique representa na indústria carbonífera, continua a aumentar o interesse para a realização no País de reuniões sobre o carvão, tendo Maputo acolhido recentemente uma conferência internacional sobre o carvão, que contou com a participação de diversas empresas e instituições com actividade nas áreas mineira. Explicou que, nas areias pesadas de Angoche, a produção iniciou-se em Outubro de 2012, tendo sido até aqui produzidas 60.000

toneladas de pré-concentrado e exportadas 5.544 t. Este projecto emprega cerca de 300 trabalhadores e irá catapultar o desenvolvimento do porto de Angoche, local de onde será implementado o futuro porto de exportação.

Em Inhassunge, na província de Zambézia, foi concluída a construção de infra-estruturas da mina de areias pesadas e da planta de processamento, bem como iniciada a produção experimental, estando o estudo de impacto Ambiental em processo de aprovação para a

Moçambique já figura na lista dos dez maiores produtores de gás no mundo

Na sequência das descobertas de gás natural na Bacia do Rovuma, na Província de Cabo Delgado, foram até ao momento avaliadas reservas de mais de 75 triliões de metros cúbicos (tcf) para a Área 4 e mais de 95 tcf para a Área 1, estando-se no processo de elaboração do plano optimizado da extracção deste recurso por forma a permitir a construção, instalação e operação de quatro unidades de Gás Natural Liquefeito (GNL), com uma capacidade total anual de produção de 20 milhões de toneladas, o que poderá representar um valor anual de receitas superior a 10 biliões de dólares.

As reservas de gás natural já provadas nesta bacia, faz com que Moçambique se situe de entre os 10 países com maiores quantidades deste tipo de hidrocarbonetos, permitirão que no futuro se instalem unidades adicionais de gás natural liquefeito ou outras novas indústrias (fertilizantes, combustíveis sintéticos, e outras) que utilizem este recurso como matéria - prima.

Moçambique é comprovadamente um país com elevadas potencialidades em gás natural, um recurso energético que tem vindo a ter uma procura crescente no mercado internacional, em particular devido ao baixo impacto ambiental resultante da sua utilização. A produção e consumo do gás natural dos jazigos de Pande e Temane, no sul do país, tem vindo a aumentar substancialmente através de uma utilização considerável como combustível nas nossas indústrias, veículos automóveis e geração de electricidade.

Na área de Hidrocarbonetos, prosseguem as actividades de pesquisa e avaliação de hidrocarbonetos nas bacias sedimentares de Moçambique e Rovuma, com destaque para as actividades sísmicas e avaliação nos blocos de Pande/Temane, Area A, Buzi e Areas 1, 4, 2 e 5, 3 e 6 da bacia do Rovuma.

É neste contexto que o Governo está a preparar um Plano Director do Gás, com o objectivo de a partir da inventariação e identificação das potencialidades deste recurso se tracem linhas de orientação quanto à melhor forma da sua utilização, para consumo interno e para exportação, de modo a maximizar os benefícios a serem retirados em prol do desenvolvimento socio-económico do país. **MV**

MIREM reúne XXVIII Conselho Coordenador (Concl.)

atribuição da respectiva licença ambiental.

Aposta nas Pequenas e Médias empresas

A Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, defendeu na ocasião, uma maior utilização no nosso país dos nossos recursos minerais, passa necessariamente pelo desenvolvimento de uma indústria nacional, através da capacitação das pequenas e médias empresas nacionais para

a prestação de serviços e fornecimento de bens.

Referiu que, a formação e capacitação de técnicos nacionais para a actividade mineira e petrolífera, constituem os pilares principais da política e estratégia do nosso Governo para o desenvolvimento de uma indústria extractiva forte no nosso país.

Observou que, para além do estabelecimento de novas indústrias e produção de energia eléctrica a partir de gás

natural e a produção de ferro e aço, já mencionados, existem diversas outras oportunidades para a transformação dos recursos minerais de que dispomos.

Um dos exemplos disso é o projecto que está presentemente estudado para a produção de fertilizantes a partir dos fosfatos que ocorrem em Evate, no Distrito do Monapo.

Destacou que, as empresas ENH Logística e EMEM Logística foram recentemente criadas com o objectivo de, em

coordenação com outras empresas moçambicanas, reforçar a capacidade nacional na prestação de diversos serviços de logística às actividades de investimento na indústria extractiva.

“Estas são oportunidade que temos para acrescentar valor aos nossos recursos minerais, incorporar conteúdo local nas actividades mineira e petrolífera e maximizar os benefícios retirados para o país no âmbito da indústria extractiva”, sublinhou. MV

Moçambique e Angola avaliam cooperação em Geologia e Minas

A Ministra moçambicana dos Recursos Minerais, Esperança Bias, e o Ministro de Geologia e Minas de Angola, Francisco Queirós, reuniram-se no dia 24 de Agosto último, na Cidade de Maputo, no âmbito do Memorando de Entendimento rubricado em 2007, que visa o incremento das relações de cooperação existentes entre ambos países no domínio geológico mineiro.

O encontro serviu para delinear estratégias, que visam materializar a cooperação entre Moçambique e Angola, particularmente na área geólogo mineira cujo processo teve o seu arranque há seis anos atrás e por razões adversas foi interrompido.

Em conferência de Imprensa, a Ministra Esperança Bias, explicou que, no quadro da cooperação as instituições moçambicanas vão continuar a trabalhar de forma mais assídua.

“Passamos em revista as linhas que norteiam a nossa cooperação, definimos metas em termos de acções concretas que devem ser feitas, para operacionalizar os Memorandos existentes”, vincou.

Bias, deu a conhecer que, as empresas públicas moçambicanas que lidam com esta actividade tem um mandato de até ao final do ano corrente apresentarem trabalhos práticos no sentido de criar parcerias concretas em que as empresas públicas angolanas estejam a investir em

Moçambique, e por seu turno a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira – EMEM possa também estar a operar em

interagir com as instituições daquele país que lidam com os diamantes e se inteirarem do processo.



Angola.

Citou, por exemplo, a larga experiência dos angolanos na área de diamantes, aludindo que, Moçambique apesar de possuí-los desconhece a qualidade e o real valor daquela pedra preciosa.

“Queremos usar o conhecimento que os nossos irmãos angolanos tem no sentido de avançarmos um pouco mais, e definirmos se Moçambique tem diamantes, e sem tem quais são as quantidades e onde é que elas se encontram”, disse.

Trata-se de um trabalho conjunto e nos próximos meses uma missão técnica moçambicana seguirá para Angola, a fim de

Conforme disse, a outra experiência que interessa os moçambicanos é a questão da mão – obra, pois, Angola está bem desenvolvida no que tange a este aspecto.

Ainda da senda da troca de experiência, a Ministra Bias explicou que, há cerca de sete anos fez-se um levantamento geológico que será partilhado com os especialistas angolanos. Por seu turno, o Ministro de Geologia e Minas de Angola, Francisco Queirós, consubstanciou as declarações da sua homóloga moçambicana, reiterando que, o essencial é passar o acordo do papel para a prática. **“Essas acções foram nesse encontro que tivemos e nós**

vamos fazer tudo para que consigamos virar a página na relação entre ambos países no domínio geológico mineiro”, acrescentou.

Frisou que, no domínio geológico mineiro e no tratamento de dados, Moçambique tem uma experiência muito bem sucedida no que concerne ao levantamento, à divulgação e a captação de investimentos.

Sublinhou que, Angola vai iniciar esse processo dentro de muito pouco tempo e é com muito prazer que estão a par da situação com relação à matéria que vai servir de modelo.

O outro aspecto apontado pelo governante angolano é o envolvimento do sector empresarial.

“A partir de agora precisamos de pensar mais economicamente, mais comercialmente e no domínio da geologia e minas há um grande potencial para nós explorarmos. Existem desafios pela frente e são essencialmente virados ao investimento na área”, enfatizou.

Salientou que, na bacia carbonífera de Moatize a presença dos angolanos é um facto, daí a clara manifestação, porque é intenção de ambos Governos ampliar a cooperação neste domínio.

“Moçambique tem um grande potencial e os empresários angolanos quer públicos, quer privados, estão ansiosos em estabelecer parcerias”, concluiu. MV

Reflexão: Repensar a Modernização Tecnológica na AT

Por Ricardo Santos*

Considerações Prévias sobre a Modernização Tecnológica na AT

Uma apreciação aos projectos de reforma em outras Autoridades Fiscais do mundo ⁽¹⁾ que também adoptaram a estratégia de convergir as alfândegas e os impostos internos numa mesma organização, leva a inegável constatação do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação para esse efeito. E um dos aspectos que chama logo a atenção neste particular é o equívoco que se comete muitas vezes na interpretação do conceito “modernização tecnológica” pela organização que se propõe realizá-la. Com efeito, modernização tecnológica na área tributária não é a cópia de procedimentos manuais em informáticos. Mas sim, a automatização de processos de negócio já refinados ou revistos, com o suporte da informática.

Tomando a AT como exemplo, deveria ser possível introduzir facturas “on-line”, ou até validar o Número Único de Identificação Tributária (NUIT) pela mesma via. Deveria ser também possível atribuí-lo via portal Web, na condição do documento pessoal ou corporativo ser biométrico ou validade junto da entidade emissora. Certidões de Idoneidade Fiscal e outras poderiam ser solicitadas e obtidas via Internet, bastando para tal conectar os respectivos sectores emissores da AT ao supra-citado portal, etc. Enfim, há um rol imenso de possibilidades nunca exploradas. Mas isso implica, necessariamente, na racionalização ou mesmo, a eliminação de muitos dos procedimentos manuais em voga e que ainda justificam a existência de determinados departamentos ou funções na AT. Por isso, deve-se encarar esse desafio como natural e preparar medidas para mitigação dos efeitos colaterais sobre os funcionários, redireccionando-os para outras actividades. Ou simplesmente criar um regime

de mobilidade para outros sectores do Estado.

Alguns Aspectos Chave

De acordo com o observado em outras autoridades tributárias, como muitos mais anos de existência, há pelo menos dez (10) aspectos chave que se pode “analisar”, para determinar se uma autoridade fiscal está empenhada na automatização dos processos de negócio ou simplesmente a “clonar” procedimentos manuais correntes em informáticos. No caso da AT, observa-se que:

1. Em primeiro lugar, no deseñho de uma estratégia corporativa para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que oriente a integração da arquitectura do negócio, pode-se assumir que já existe um Plano Director de Tecnologias de Informação (PDTI), cuja antiguidade extravasa a existência da própria AT, logo, a sua conformidade com os diferentes planos estratégicos da AT é questionável;
2. Em segundo lugar, sobre a implementação de boas práticas TIC e do correspondente sistema de qualidade ISO compatível ou equiparado, tem havido, em teoria, essa preocupação na Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação (DTIC) e projectos informáticos em curso. No entanto, não se pode falar em padrões comuns entre eles. Pois cada um parece seguir a metodologia que melhor responde aos seus anseios. Por outro lado, no caso da DTIC, tem sido impossível compatibilizar os padrões internacionalmente aceites para a área (por exemplo, o ITIL) com os serviços prestados. Sendo um dos factores principais, a rigidez da organização hierárquica da AT em contraciclo com a natural flexibilização que a IT normalmente comporta;
3. Em terceiro lugar, na integração do *portfolio* de sistemas tributários em uso e futuros numa “janela única” do Contribuinte, há evidências que sugerem que o sucesso da Janela Única Electrónica (JUE), por exemplo, está exactamente nesta possibilidade de convergir todos intervenientes num único ponto de Contacto. No entanto, há dificuldades confrangedoras de gestão e monitorização do *portfolio* (ou carteira) de todos projectos no geral;
4. Em quarto lugar, a criação de um Portal on-line para disponibilizar o acesso dos serviços tributários aos contribuintes e público em geral está ainda num estágio muito embrionário, muito por causa da dificuldade de gerir o *portfolio* de sistemas da AT. Há financiamentos aprovados no Gabinete de Planificação, Estudos e Cooperação Internacional (GPECI) e até, equipas nomeadas para o efeito porém a coordenação é deficiente, o que resulta na estagnação do seu ritmo de execução;
5. Em quinto lugar, para implementar Data Warehouse e sistemas ERP, imprescindíveis para suportar as decisões de negócio na AT, ainda se está longe do razoável. Somente 7 anos após a sua criação é que a AT decidiu assumir as rédeas do assunto lançando um concurso para reengenharia da sua infraestrutura tecnológica. No entanto, este é um problema que ainda persistirá até meados do IV trimestre de 2014. Sendo esta uma grande excepção à regra, isto não invalida o reforço da gestão de *portfolio* dos projectos da AT;
6. Em sexto lugar, há que implementar mecanismos de recuperação de desastres e continuidade do negócio. Para responder a isto, deve-se afinar pelo diapasão da alínea anterior;
7. Em sétimo lugar, deve-se expandir a infra-estrutura de rede da AT. Isto inclui para além dos pontos de redes com fio ou sem fio, os respectivos terminais informáticos, fixos, portáteis e periféricos como impressoras, *scanner*, etc. Aqui há um grave hiato que se deve fechar. A DTIC como gestora dos pontos de rede não sabe quanto a DLI, como adquirente de serviços em nome da AT, solicitou. Logo, o inventário real do actual parque informático é presumido. Sendo assim, não é possível saber o grau de cobertura de estações de trabalho na AT e como tem evoluído desde a criação da mesma. Acredita-se que tenha crescido, mas não se sabe se em qualidade também. Pois parte do equipamento é em segunda-mão, desviado para sectores não prioritários, ou simplesmente “alienado” pelos funcionários (ver o caso dos laptops/celulares e outros dispositivos portáteis disponibilizados para aumento da produtividade). Consequentemente, não é possível estabelecer estatísticas viáveis de disponibilidade ou tempo de resposta do conjunto de sistemas da AT. Um indicador crítico para que um dia a AT decida se opta pelo “Bring Your Own Device”, vulgo BYOD ⁽²⁾;
8. Em oitavo lugar, deve-se criar uma base de dados central de competências, habilidades e perfil e de outros testes psico-métricos. Esse é um hiato preocupante, pois pouco ou nada está feito. Com excepção da DGA, que se sujeita ao cumprimento das normas para uso de armas de fogo do Ministério do Interior, em virtude da natureza da sua actual missão, os demais sectores da AT não estão cobertos por acompanhamento psicológico sistemático. Incumbe-se as chefias

Repensar a Modernização Tecnológica na AT (Cont.)

sectoriais de realizar formações de liderança com o intuito de transmiti-lo aos subordinados, e esquece-se que estas também estão sujeitas a desgaste psicológico. Esta base de dados é sem dúvidas, um importante repositório essencial para gestão dos recursos humanos da AT e da DTIC em particular. Pois, à medida que a automatização dos processos evolui, os funcionários ficam sujeitos a novos desafios, o que aumenta o estado de ansiedade e stress profissional. Na ânsia de se colocar a pessoa certa, na actividade certa, acaba-se regra geral nas medidas administrativas, o que ofusca as inúmeras situações de burnout⁽³⁾ hoje visíveis, sobretudo nas áreas operacionais;

9. Em nono lugar, há que realinhar os processos de trabalho da AT face à nova realidade trazida pela modernização. Pois, o que se observa, não é um procedimento padrão, nem fiável, pois limita-se a visitas aos vários sectores da AT. Ora, esta observação deve ser sistemática e não pontual. Em alguns casos, há registo de comités técnicos ou pontos focais como força motriz das reformas. Mas devido a rigidez hierárquica, já referida anteriormente, estes últimos tornam-se em entidades formais de validação de relatórios;

10. Em décimo e último lugar, é imperioso criar capacidade nas áreas de inteligência e investigação tributária, Nomeadamente auditoria forense, gestão de risco, propriedade intelectual, etc. Há acções em curso ou já realizadas. Mas aqui também, a gestão de *portfolho* destas acções é algo inexistente. Muito por conta da não aprovação até à data de uma Política de Segurança de Informação da AT e da inflexível rigidez hierárquica da AT⁽⁴⁾.

Sobre o Portfólio dos Projectos em curso na AT

Em termos de gestão de *portfolho*⁽⁵⁾, há que trabalhar urgentemente na criação ou indicação explícita de um sector na AT que assuma essa incumbência, para que os *outputs* da modernização em curso na AT ilustrem:

1. Eficiência do tempo de execução;
2. Eficiência de custos;
3. Correspondência entre objectivos propostos e os resultados;
4. Documentação apropriada dos processos;
5. Suporte interno e externo aos projectos em carteira.

Pois somente assim é possível atingir na AT os seguintes objectivos:

1. Coordenação e absorção dos projectos de reforma tributária;
2. Profissionalismo na gestão dos projectos;
3. Informação pontual e precisa aos financiadores dos projectos.

Para tal, todos os projectos em curso, e os futuros, devem ter circunscritos:

1. Administração e suporte aos mesmos;
2. Financiamento e gestão dos recursos;
3. Monitorização e avaliação;
4. Análise do Negócio.

Ora pela apreciação corrente, são três, as direcções-gerais da AT que intervêm nisto. Com o agravante de nem todas terem bem definidas as competências de actuação, senão na figura do Presidente da AT que é inequivelmente o decisor supremo. Esta pode ser uma das causas dos resultados, aquém das expectativas, de projectos realizados na AT, seja com recursos totalmente internos, seja por Parceria Estado-Estado (com o Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças - CEDSIF). Pois,

senão vejamos, a Análise de Negócio, é normalmente feita sob os auspícios da Direcção-Geral de Impostos (DGI), Gabinete de Controlo Interno (GCInterno) ou Direcção-Geral de Alfândegas (DGA). A Monitorização e Avaliação pelo GPECI. E o Financiamento e Execução dos Fundos, partilhada entre o GPECI e a Direcção-Geral dos Serviços Comuns (DGSC). Finalmente, a sua Administração é quase sempre condicionada pela intervenção constante do Gabinete do Presidente da AT. Em síntese, a linha de suporte aos projectos é bastante difusa. Estando umas vezes apoiada no GPECI, DGA, DGI, GCInterno, mas muito raramente na DGSC, que é afinal o principal responsável para viabilizar qualquer projecto de modernização tecnológica na AT.

Nas autoridades tributárias estrangeiras estudadas, observa-se que a linha de suporte ficou auto-contida numa única entidade, sob dependência directa do respectivo Gabinete do Presidente, que numa situação de reforma fiscal e aduaneira, numa organização resultante da fusão das duas, será sempre o principal artífice do processo de modernização tecnológica, para que:

1. Na Administração e suporte:

- Fazer a gestão da documentação: planos, manuais, relatórios de progresso, auditoria ao projecto, etc.;
- Manter os padrões de gestão do projecto;
- Manter uma página Web actualizada com a evolução de cada projecto;
- Assegurar a disponibilidade de informação a todos os envolvidos dentro e fora da AT;

2. No Financiamento e gestão de recursos:

- Local os recursos de acordo com as prioridades de modernização;

- Combater desvios de aplicação;
- Angariar fundos adicionais para manter o ritmo de modernização;

3. Monitorização e Avaliação:

- Mostrar a trajectória real do estado de implementação do projecto;
- Organizar encontros de balanço/revisão mensais;
- Relatórios de Progresso a todos os envolvidos dentro e fora da AT;
- Planos e calendários de trabalho;
- Relatórios de risco;
- Lições aprendidas;
- Desenvolver e implementar padrões;
- Visitas de campo para inspecionar o impacto real do projecto;
- Implementar e manter padrões de qualidade em linha com as boas práticas internacionais;

4. Análise do Negócio:

- Capacity Building em termos de análise do negócio, criação de requisitos e teste de software;
- Coordenação do processo de Melhoria do Negócio;
- Desenho do fluxo de processos da organização;
- Actualização/ correcção de modelos de negócio;
- Documentação dos processos de acordo com uma metodologia padrão.

Conclusão

Em suma, há condições suficientes para se justificar uma um plano de acção que auxilie na convergência dos processos de trabalho da AT com vista à certificação ISO 9001:2008 nos próximos 5 à 10 anos, de modo a que se atinja o estágio de excelência requerido a uma organização que deseja manter-se na dianteira da inovação da

Repensar a Modernização Tecnológica na AT (Concl.)

Função Pública em Moçambique. Por outras palavras, o ímpeto reformista tributário deve conduzir à revisão da actual orgânica da AT para 6 áreas distintas de intervenção. Nomeadamente:

1. Reforma Aduaneira (legislação e técnica), presentemente assumido pela DGA;
2. Reforma Fiscal (legislação e técnica), presentemente

Trata-se de um ciclo de vida inquebrável, na actual orgânica da AT. Mas, como se percebe, porque o processo de formação é um contínuo, a dimensão das suas necessidades deveria resultar de um trabalho permanente coordenado entre a DIFOR e a DRH e não das “demandas” de projectos ou direcções-gerais e de serviços. Notar que todas entidades acima referidas se subordinam,

ca uma direcção-geral desde os primórdios da AT. Não se compreendendo porque isso nunca sucedeu.

Consequentemente, justifica-se agora, a criação ou a extinção direcções-gerais, ou então, uma maior autonomia financeira, de gestão e patrimonial para determinadas direcções de serviços, sobretudo agora, que o Estatuto Remuneratório e Progressão de Carreira do Pessoal da AT é já

ção (DIDOTI), hoje subordinada ao GPECI: Digitalização e padronização do Arquivo multi-sectorial da AT, inclusive acervos;

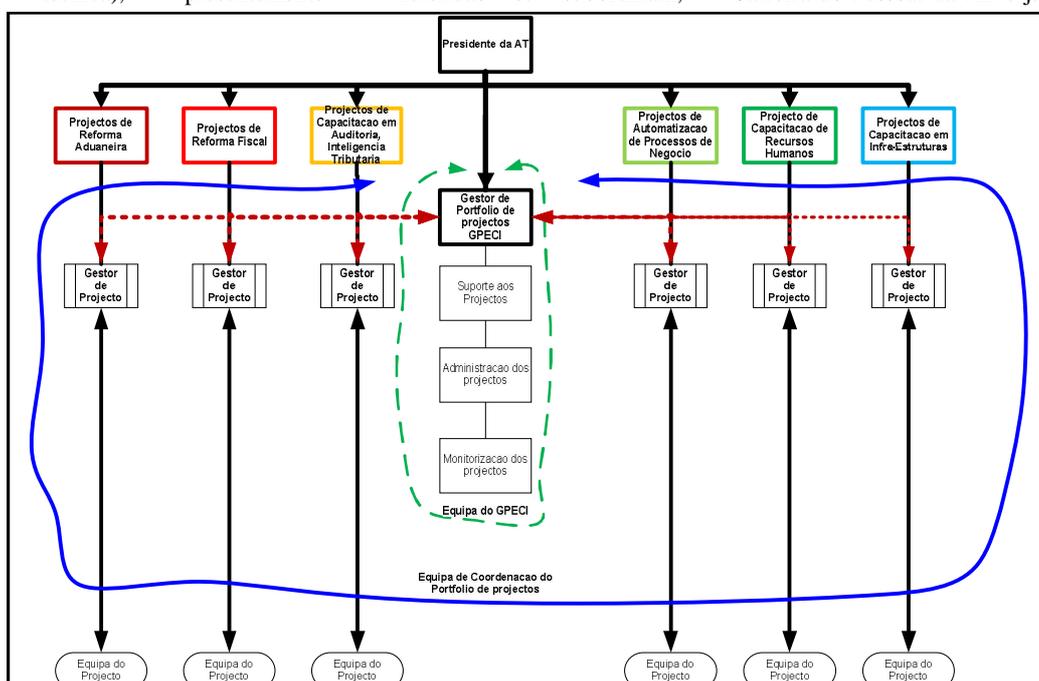
8. **GCInterno:** Competências de Gestor e Guardião das Políticas de Segurança de Informação da AT.

Tudo indica que com este novo arranjo, o modo como se conduz a modernização tecnológica na AT resultará num incremento de eficácia e eficiência, atingindo patamares mais elevados, sem ter que sujeitar o actual alinhamento estratégico organizacional à pré-existência de um regime permanente de *outsourcing* com entidades nacionais ou estrangeiras para assegurar a exequibilidade da reforma fiscal e aduaneira, afinal, colidindo com o princípio de valorização da prata da casa.

* *Membro do grupo de trabalho para a implementação de Máquinas Fiscais em Moçambique*

Referências no texto

- (1) <http://www.belastingdienst.nl/>; <http://www.agenciatributaria.es/>; <http://www.ura.go.ug/>; <http://www.rra.gov.rw/>; <http://www.zimra.co.zw/>; <http://www.revenue.go.ke/>; <http://www.erca.gov.et/>; <http://strataconf.com/rx2012/public/schedule/detail/26230>
- (2) http://pt.wikipedia.org/wiki/Síndrome_de_burnout
- (3) <http://www.at.gov.mz/organograma/orggeralat.pdf>
- (4) PMI – Project Management Institute. The Standard for Portfolio Management (SPM). Primeira Edição, Pennsylvania: Project Management Institute, 2006
- (5) **MV**



Urge repensar a actual orgânica na AT face à modernização tecnológica em curso (fonte: Autor)

3. Capacitação em Auditoria e Inteligência Tributária, hoje com equipas de actuação dispersas na DGA, DGI e GCInterno;
4. Recursos Humanos, incumbência actual da Direcção de Formação (DIFOR), também em termos teóricos. Porquanto a eficiência desta direcção depende funcionalmente da actuação do GPECI, que é quem angaria os financiamentos para AT realizar acções de capacitação e modernização, da Direcção de Logística e Infra-estruturas (DLI), Direcção de Finanças (DIFIN) e Direcção de Recursos Humanos (DRH).

5. Automatização de Processos de Negócio, de momento sob a alçada da DTIC, em termos teóricos, mas na realidade diluído em muitos níveis de decisão/opinião dispersos por todas direcções-gerais, para transformar os quatro aspectos anteriores em realidade;
6. Finalmente, as Infra-estruturas, um aspecto crítico da modernização, que está, em teoria, totalmente nos ombros de uma direcção de serviços, a DLI. Aqui nem sequer é preciso fazer um grande exercício mental para se concluir que esta área, em particular, já justifi-

uma realidade, particularmente, rever ou criar no:

1. **GPECI:** Competências de Gestor de Portfolio dos projectos da AT;
2. **DTIC:** Todos os processos de trabalho;
3. **DRH:** Gestão Psicométrica e coordenação de acções de formação com a DIFOR;
4. **DIFOR:** Coordenação de acções de formação com a DRH;
5. **DIFIN:** Execução da Despesa e programação financeira multisectorial;
6. **DLI:** Processos de *procurement*, aquisição, abate e inventário patrimonial;
7. **Divisão de Documentação e Tratamento de Informa-**

Análise: Dedutibilidade de Royalties

Por Zito M. Campira



Neste artigo pretendo de forma breve apresentar alguma fundamentação da **dedutibilidade ou não do Royalty** ⁽¹⁾ no lucro tributável para feitos da determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRPC, no caso de Moçambique, ou *Corporate Income Tax* – CIT, no caso dos países de expressão inglesa.

No caso de Moçambique com a aprovação da Lei n.º 4/2012, de 23 de Janeiro, que introduz alterações no Código do IRPC, o *Royalty* passou a não ser dedutível, este facto fez com que, por um lado, os agentes económicos dos sectores mineiros e petrolíferos colocassem a sua inquietação face a situação actual, por outro, alguns consultores que realizaram *Workshops* em Maputo nos anos de 2012 e 2013 aconselhassem aos fazedores de políticas para que a lei aprovada fosse revista. Contradizendo deste modo a posição assumida pelas consultoras da *Vale Columbia Center* no *Workshop* de 2011, as quais afirmaram o seguinte: “a maioria dos países deduzem o *royalty* como custo, as empresas contabilizam a entrega do produto em valor como custo, mas na prática não é um custo nenhum, para efeitos fiscais não deve ser considerado como custo. O que o Estado deve compartilhar é o custo de produção e não com base no preço de mercado” ⁽²⁾. Na verdade, a alternativa proposta pela *Vale Columbia Center* é válida só que torna-se difícil a sua implementação, quando se fala da comparticipação do Estado nos custos de produção da parte correspondente a taxa do *royalty*.

Antes de efectuar uma análise profunda sobre a matéria, vou começar por apresentar **experiências de alguns países que permitem a dedutibilidade do Royalty** ⁽³⁾ no lucro tributável para efeitos da determinação do CIT:

a. Argentina – fixou as taxas de *royalty* em 3% para Cobre,

Ouro, Minério de ferro, e Carvão⁽⁴⁾;

b. Austrália – fixou as taxas de *royalty* em: (i) 2,7% a 3,5% para Cobre; (ii) 0% a 2,5% para Ouro; (iii) 6,5% a 7,5% para Minério de ferro; e (iv) 7% a 10% para Carvão⁽⁵⁾;

c. Brasil – fixou as taxas de *royalty* em 2% para Cobre, Minério de ferro e Carvão e em 1% para Ouro;

d. Canadá – fixou as taxas de *royalty* por cada mina, sendo: (i) na Quebec Mining, o Cobre, Ouro, Minério de ferro e Carvão tem taxa de

f. China – fixou as taxas de *royalty* em 0,5 a 4% para Cobre, Ouro, Minério de ferro, e Carvão;

g. República do Congo – fixou as taxas de *royalty* em 3% para Cobre, Minério de ferro e Carvão e em 5% para Ouro;

h. República Democrática do Congo – fixou as taxas de *royalty* em: (i) 2% para Cobre; (ii) 2,5% para Ouro; (iii) 0,5% para Minério de ferro; e (iv) em 1% para Carvão;

i. Gana – fixou as taxas de *royalty* em 5% para Cobre,

por tonelada de carvão na boca da mina;

k. Indonésia – fixou as taxas de *royalty* em: (i) 4% para Cobre; (ii) 3,75% para Ouro; (iii) 3% para Minério de ferro; e (iv) 3 a 7% para Carvão;

l. Kazaquistão – fixou as taxas de *royalty* em: (i) 5,7% para Cobre; (ii) 5% para Ouro;



As promessas trazidas pelo carvão e gás natural em Moçambique (cortesia: Jornal Expresso de Portugal)

16%; (ii) na BC Mining, o Cobre, Ouro, Minério de ferro e Carvão tem taxa de 2 a 13%; (iii) no Ontário Mining, o Cobre, Ouro, Minério de ferro e Carvão tem taxa de 5 a 10%;

e. Chile – fixou as taxas de *royalty* em 0 a 14% para Cobre, Ouro, Minério de ferro, e Carvão;

Ouro, Minério de ferro, e Carvão;

j. Índia – fixou as taxas de *royalty* em: (i) 4,2% para Cobre; (ii) 2% para Ouro; (iii) 10% para Minério de ferro; e (iv) em INR55 + 5% (P) a INR55 + 5% (P) para Carvão, onde: INR é a taxa do Rupia indiano e P é o preço de venda do minério

(iii) 2,8% para Minério de ferro; e (iv) 0% para Carvão (aplica taxa de exportação de 2,1% sobre o Carvão);

m. Peru – fixou as taxas de *royalty* em 1 a 12% para Cobre, Ouro, Minério de ferro e Carvão;

n. Filipinas – fixou as taxas de *royalty* em um mínimo de 5% para Cobre, Ouro, Minério de ferro e Carvão;

Dedutibilidade de Royalties (Concl.)



Novo El Dorado? (cortesia: Jornal Expresso de Portugal)

- o. Federação russa – fixou as taxas de *royalty* em: (i) 8% para Cobre; (ii) 6% para Ouro; (iii) 4,8% para Minério de ferro; e (iv) para Carvão a taxa pode variar dependendo do Carvão a ser extraído: antracite – 47 RUB por tonelada; Coque – 57 RUB por tonelada; lenhite – RUB 11 por tonelada; e outros tipos – RUB 24 por tonelada;
- p. República da África do Sul – fixou as taxas de *royalty* em: (i) 0,5 a 7% para Cobre; (ii) 0,5 a 5% para Ouro; e (iii) 0,5 a 7% para Minério de ferro e Carvão;
- q. Tanzânia – fixou as taxas de *royalty* em 4% para Cobre e Ouro, por último em 3% para Minério de ferro e Carvão.

Importa ainda referir que alguns países que no passado não permitiam a dedutibilidade, como são os casos do Brasil, das Filipinas, hoje deduzem. Outros países que no passado colectavam as receitas fiscais provenientes de *royalties* dos sectores de mineração e hidrocarbonetos, após terem alcançado níveis assinaláveis de cobrança do CIT, removeram as taxas de *royalties*, tal foi o caso da Noruega e outros países do resto do mundo.

A questão lógica da dedutibilidade do *royalty* no acto da determinação do lucro tributável em sede do IRPC, torna-se complexa para qualquer analista antes da análise do modelo financeiro do sector de mineração que permite a visualização dos efeitos negativos que esta

medida de política pode provocar, caso não sejam tomados em consideração os outros instrumentos (taxa do IRPC, participação do

governo, tempo de reembolso do IVA pago, etc.) por forma que a partilha dos resultados seja justa, tanto para o Estado como para os investidores.

Após a construção do modelo financeiro simplificado do sector de mineração, o qual foi recomendado pelos consultores externos, foi possível verificar que de facto não havendo a dedutibilidade do *royalty*, ocorre a **dupla tributação**. Para Xavier (1993), “a dupla tributação ocorre sempre que se verifique: (i) a identidade do objecto; (ii) a identidade do sujeito; (iii) a identidade do período tributário; e (iv) a identidade do imposto”. Neste último aspecto referir que a taxa do *royalty* incide sobre o valor das vendas brutas realizadas no mês em causa, isto antes da dedução dos custos de investimento no ano zero e operacionais que as operadoras incorrem quando o processo de produção ou extracção inicia; enquanto a taxa do IRPC incide sobre o lucro. Todavia, não havendo dedução do *royalty* nesta parcela considerada lucro tributável está o montante do *royalty* que também estará sujeito a uma tributação de 32%, actual taxa do IRPC. Por outro lado, verifica-se a identidade do período de tributação, por tratar-se de um mesmo exercício em que o IRPC torna-se exigível. As outras questões são mais simples de compreender; “a identidade do objecto” – trata-se da mesma actividade mineira ou petrolífera; “a identidade do sujeito” – também trata-se do

mesmo sujeito passivo responsável no pagamento do *royalty* e IRPC.

Portanto, por forma a se garantir uma justa tributação dos recursos naturais não renováveis (minerais e hidrocarbonetos), como opinião pessoal, recomenda-se a dedutibilidade do *royalty* no acto da determinação do lucro tributável em sede do IRPC.

Referências no texto

- (1) Neste caso refere-se ao imposto sobre a produção mineira ou imposto sobre a produção petrolífera conforme o caso actividade mineira ou operações petrolíferas.
- (2) Campira, Z. Manuel (2012). Estudo Sobre o Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique: Caso Específico dos Grandes Projectos, período de 2004 a 2010. Maputo: Divisão de Estudos.
- (3) Os intervalos de taxas de royalties a seguir apresentados - representam regimes de tributação progressiva.
- (4) Corporate income taxes, mining royalties and other mining taxes: A summary of rates and rules in selected countries. June 2012. www.pwc.com/gx/mining
- (5) Idem, para as alíneas b) a q).

Bibliografia consultada

- Campira, Z. Manuel (2012). Estudo Sobre o Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique: Caso específico dos Grandes Projectos, período de 2004 a 2010. Maputo: Divisão de Estudos.
- Global mining industry up-

date. Corporate income taxes, mining royalties and other mining taxes: A summary of rates and rules in selected countries. June 2012. www.pwc.com/gx/mining

- Lei n.º 4/2012. Altera os artigos 17, 36, 61, 62, 67 e 75 do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pela Lei n.º 34/2007, de 31 de Dezembro. Boletim da República - I Série - N.º 3. Segunda-feira, 23 de Janeiro de 2004. Publicação Oficial da República de Moçambique.
- Xavier, Alberto (1993). Direito Tributário Internacional: Tributação das Operações Internacionais. Coimbra: Livraria Almedina.

Sobre o Autor: Zito Manuel Campira é Mestre em Gestão de Políticas Económicas, grau obtido após um longo percurso técnico-profissional e académico nas áreas da contabilidade, técnica aduaneira e gestão. Quadro das Alfândegas de Moçambique desde finais de 1993, desempenhou as suas actividades em várias estâncias aduaneiras, com destaque para a chefia do Terminal Internacional Rodoviário-TIRO, na Alfândega de Maputo; do Terminal Internacional Ferroviário-TIFER II e as funções de Sub-chefe da Secretaria de Despacho na Alfândega de Maputo, de 1997-2004. Participante assíduo em *Workshops* sobre a Indústria Extractiva (mineração e hidrocarbonetos), Consta também no seu vasto curriculum, as funções de técnico na Divisão de Mega Projectos e Instituições Financeiras da Direcção Geral dos Impostos até Outubro de 2011, na Divisão de Estudos do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da AT até 2013 e posteriormente indigitado para o Secretariado Técnico da Task Force sobre Mega Projectos e Tributação das Mais-Valias. **MV**

Entre-Nós: Zito Campira

Entrevista conduzida por Ricardo Santos

Desta vez fomos ao encontro da equipa responsável por este boletim que tem em suas mãos, que com entusiasmo e até carolice, mantém acesa a sua chama criativa. Com seus artigos de análise, alguns inéditos, e que faz questão de publicar no “Mais-Valia”, inclusive nesta edição, o nosso convidado de hoje há muito que merecia os dois dedos de conversa do “Entre-Nós”.

Mais-Valia (MV): Como é que se apresentaria ao “Mais-Valia”?

Zito Campira (ZC): Chamo-me Zito Manuel Campira, Casado, pai de três filhos, sendo dois rapazes e uma menina, natural de Chimoio, actualmente residente na Cidade de Maputo, sou funcionário da AT afecto ao Secretariado Técnico da Task Force.

MV: Fale-nos um pouco da vossa infância. Como se caracterizava o ambiente social da época? Aspectos marcantes que gostaria de realçar?

ZC: A minha infância foi boa, pois vivi a maior parte do tempo com os meus avós maternos, os quais tiveram uma atenção de dar uma boa educação, nessa altura de 1976 a 1977, frequentei o ensino primário desde a pré-primária até a terceira classe, na Escola Primária do Garuzo, no Distrito de Manica. Nos tempos livres ajudava os meus avós na machamba e pastagem de gado, já em 1980 fui frequentar a 4ª Classe na Escola Secundária de Vanduzi, onde passei a viver com os meus pais. Nos anos seguintes frequentei o ensino Secundário, na “Escola Secundária Samora Moisés Machel” e “Escola Industrial e Comercial Joaquim Marra”, ambas na Cidade de Chimoio, nesta última formei-me em Técnico Básico de Contabilidade, no ano de 1989. E em 1992 conclui o Curso Médio de Técnico Aduaneiro no Instituto Comercial do Maputo.

MV: No seu vasto CV constam áreas como contabilidade, gestão e técnica aduaneira.

ra. Qual tem sido o segredo para gerir desafios profissionais aparentemente distintos?

ZC: O grau de licenciatura em gestão que obtive na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane em Março de 2009, teve uma contribuição significativa, tendo em consideração que se trata de um curso macro, que me forneceu uma visão geral. Entretanto, eu exerci as minhas funções de gestão quando era técnico médio pro-



Zito Campira, em plena actividade laboral

fissional e na altura sempre tive um bom desempenho, nessa época a gestão das Alfândegas estava nas mãos da Crown Agents – equipa de consultores contratada pelo Governo moçambicano para introduzir reformas na instituição. Para mim não considero a existência de desafios distintos porque formei-me na mesma área técnica (do ramo comercial).

MV: Quando, onde e como é que tomou a decisão de fazer um mestrado em Gestão de Políticas Económicas?

ZC: Em 2009, quando encontrava-me em serviço da Divisão da Pauta, na Direcção Geral das Alfândegas, por via da Repartição de formação da AT, tomei conhecimento da existência de vagas para o Curso de mestrado em Gestão de Políticas Económicas, na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo

Mondlane, eu e demais concorrentes fomos submetidos a testes orais, e no fim do processo fui comunicado pela Coordenadora do Curso da FE-UEM que havia sido apurado, assim, beneficiei da bolsa do Governo japonês em parceria com o Governo moçambicano.

MV: Sabemos que é quadro das Alfândegas de Moçambique desde finais de 1993, que balanço faz destes quase 20 anos de carreira?

ZC: No geral, o balanço que faço é positivo, visto que, tive a oportunidade de aprender com altos dirigentes das Alfândegas, dos quais uns já estão reformados e outros continuam como gestores cimeiros a nível da AT.

MV: Presentemente, está investido de novas funções na “Task-Force” dos Mega Projectos, após uma passagem pelo Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional. Como tem sido este novo desafio profissional?

ZC: Fácil, o trabalho da Task Force é um trabalho de equipa, pode ser desenvolvido por qualquer técnico em serviço na AT, desde que tenha a capacidade de interpretar a legislação fiscal.

MV: Nos seus artigos publicados no “Mais-Valia”, como

colaborador permanente, nota-se uma análise fina e com precisão académica dos diferentes aspectos dos mega projectos em Moçambique. Que mensagem de fundo é que pretende transmitir aos seus leitores, particularmente aos da AT?

ZC: Na verdade, no meu dia-a-dia, observo os factos que ocorrem na sociedade e desenvolvo artigos ou estudos daqueles que fazem parte da minha área de formação. No curso de mestrado tive uma cadeira de Economia do Meio Ambiente, por outro lado, após a minha formação foi colocado na Divisão de Mega Projectos e Instituições Financeiras da Direcção Geral de Impostos, e mais tarde transferido para a Divisão de Estudos do GPECI, onde desde Junho de 2011 pude participar em mais de catorze workshops sobre os sectores de mineração e hidrocarbonetos. Em qualquer meu artigo ou estudo pretendo recomendar medidas de política económica, cabendo aos tomadores de decisões a sua adopção ou não.

MV: Para além de colega de trabalho, exerce também a carreira docente. Como concilia esta actividade com as demais que exerce? E qual é a motivação para exercê-la? Financeira? Científica? Outra?...

ZC: De facto, eu exerço as funções de docente universitário nas Cadeiras de “Introdução à Economia” e “Introdução à Gestão”, como forma de partilhar o meu conhecimento com as outras pessoas. É verdade que toda gente procura o dinheiro para a satisfação das necessidades, mas o que me leva a exercer esta tarefa, por um lado, é o Status, por outro, é querer manter-me actualizado.

MV: Como é que se imagina pessoal e profissionalmente daqui a 10 anos?

ZC: A progressão na carreira não depende somente do funcionário como também depende dos próprios dirigentes ou gestores cimeiros. A nível interno, 10 anos podem representar

Entre-Nós: Zito Campira (Cont.)



Com uma natureza agreste, característica dos lugares montanhosos, a província natal do nosso entrevistado dispõe de milhares de nascentes de água mineral, bem como cursos de água que pela morfologia do terreno são propensos ao confinamento em represas e barragens, como é o caso da Barragem de Chicamba que dispõe ainda uma albufeira com imenso potencial turístico (cortesia de Mister Madala)

progresso ou estagnação, dependendo do que já disse.

MV: Mais-Valia é uma publicação que nasceu na AT para preencher, muito em particular, o “gap” de informação relativa aos mega projectos dentro e fora da instituição. Mas que hoje, há quem o tente colocar no pedestal do Boletim Informativo da AT. O que pensa da nossa linha editorial, agora que atingimos a edição 9? Que sugestões daria para melhorar a nossa publicação? E como interpreta esta “colagem” surpreendente ao Boletim Informativo da AT?

ZC: Não vejo nenhum problema, os artigos publicados na edição do Mais-Valia podem passar para Boletim Informativo da AT, para aliviar a pressão de publicação mensal, desde que sejam disponibilizados na página web da AT, à semelhança dos estudos publicados pelo IESE.

MV: Recentemente, o “Mais-Valia” realizou uma pesquisa junto dos nossos leitores e concluiu que somos essencialmente lidos por órgãos do Governo, Missões Diplomáticas no exterior e por muitos agentes económicos do Rovuma ao Maputo, inclusive multinacionais. No entanto, temos tido fraca adesão por parte dos colegas da AT, alegadamente por publicarmos artigos longos e muito complexos. Como interpretaria isso? Seria possível juntar o útil ao agradável, isto é, publicar artigos telegráficos e ao mesmo tempo pedagógicos, tendo em conta a natureza que esteve na origem da nossa publicação?

ZC: Não pretendo tirar mérito ao ponto de vista dos colegas, mas os artigos quando são desenvolvidos têm em vista a resolução de um problema imediato, e o número de páginas depende da matéria que está sendo abordada, cabendo ao

leitor escolher aqueles artigos que mais lhe interessa para se informar, o mesmo diria relativamente a complexidade dos aspectos abordados, não recomendaria que questões complexas não fossem abordadas, estas questões podem ser úteis para os outros tomarem decisões acertadas.

MV: Tem havido sugestões de alguns círculos de opinião, dentro e fora da AT, no sentido de transformar o “Mais-Valia” numa revista especializada em assuntos fiscais e económicos vendável, ao invés da actual opção de newsletter electrónico distribuído a custo zero. Acha que já temos maturidade jornalística suficiente para assumirmos uma tão grande responsa-

bilidade? Um projecto destes seria bem recebido na AT, tendo em conta o actual nível adesão dos leitores e a existência de uma Revista Tributária que já cumpre com esse papel?

ZC: Eu não recomendaria, porque, por um lado, as instituições públicas não perseguem o lucro, por outro, os funcionários que fornecem os seus artigos ao Mais-Valia fazem-no por livre e espontânea vontade e em muitos casos escrevem os seus artigos durante os fins-de-semana.

MV: E nos tempos livres, aprecia arte, música, desporto? Algum talento escondido em si que nos gostaria de revelar?

ZC: Nada de especial, nos meus tempos livres gosto de escutar música, conversar com a minha família, ler e escrever.

MV: E agora uma pequena “provocação” sobre culinária, imagina-se a “pilotar” um fogão se fosse desafiado para tal?

ZC: Se fosse convidado a pilotar um fogão, digo sinceramente que dificilmente eu passaria de um ovo estrelado.

MV: Esta entrevista está bastante interessante, mas temos mesmo de acabar. Que mais gostaria de dizer aos nossos leitores?

ZC: Apenas dizer que a partilha de informação é de extrema importância, aos jovens que apostem também na investigação científica, tendo em vista a melhoria do bem-estar social das comunidades. **MV**



Manica é também famosa por causa da excelente qualidade da sua fruta (cortesia: Mister Madala)

Passatempo

Curiosidades

Se estiver com comichão na garganta coce o ouvido, uma vez que isso faz a estimulação espasmódica do músculo involuntário da garganta, aliviando assim a comichão.

Se por algum motivo o Sol deixasse de emitir luz, na terra levaríamos oito minutos para nos apercebermos disso.

Entre cavalos-marinhos, os machos é que alcançam a gravidez.

A Hipopomonstrosesquipedalifobia é o termo científico que qualifica o medo de palavras compridas.

A imagem mais conhecida no mundo inteiro é a de Che Guevara, com seu chapéu de guerrilheiro com a estrela de cinco pontas, olhando para o horizonte.

Existem apenas três animais com língua azul no mundo: o cão da raça Chow-Chow, o lagarto de língua azul e o urso preto.

O primeiro yó-yó foi usado como arma na Ásia, antes de se popularizar como brinquedo infantil.

Em 2008, um programa infantil da Disney Channel denominado Handy Manny incluiu cenas de pornografia.

Os búlgaros dizem "sim", movendo a cabeça de um lado para o outro, e dizem "não" movendo-a para cima e para baixo.



Endereço

Rua da Rádio, nr 90, R/C, cidade da Matola

Redacção

Telefone: 82-8677601
E-mail: liegevitorino@yahoo.com.br

Direcção

Telefone 21720132
Fax 21720133
E-mail: bmacamo@at.gov.mz



Humor

Um motorista de um machimbombo dos EPTPM e um padre morrem no mesmo dia. No Juízo Final, o motorista vai para o Paraíso e o padre para o Inferno.

- Porquê? - pergunta o padre ao Criador.

- Porque os seus paroquianos adormeciam quando você pregava - Diz-lhe o Criador - ao passo que o motorista, sempre que conduzia, todos os passageiros rezavam!...

O marido: "Agora que estamos casados, talvez possa me arriscar a apontar alguns dos teus defeitos."

A mulher: "Não te incomodes querido. Conheço-os todos. Esses pequenos defeitos impediram-me de conseguir um homem melhor do que tu."

Um cowboy entra no saloon aos berros:

- Quem foi o engraçadinho que pintou o meu cavalo de verde?

Levanta-se um bandido de dois metros de altura, já com as mãos nos revólveres:

- Fui eu! Porquê?

- É só para avisá-lo que a primeira demão já secou...

Dizia um chefe, da pior espécie, para um seu subordinado: - Aposto em como gostarias de me ver morto, só para teres o prazer de cuspir na minha sepultura!

- Isso não. Nunca gostei de ir para a bicha...

Murphologia

Se algo pode correr mal, correrá mal (Lei de Murphy)

Se nada pode correr mal, correrá mal na mesma (Corolário de Schnatterly)

Se sabemos que algo pode correr mal, e tomamos as devidas precauções, correrá mal outra coisa qualquer (Refinamento da Lei de Murphy por Royster)

Nunca nos livramos de coisas que possam correr mal (Adenda da NBC à Lei de Murphy)

Se fazemos mal alguma coisa cem vezes suficientes, passa a ser considerada bem feita (Lei de Leahy)

Quando as coisas correm mal, não corra com elas (Regra de Rothman)

A Lei de Murphy é satisfeita sempre na pior altura (Lei de Lanning)

Nunca sabemos quão cedo será demasiado tarde (Dilema do Momento e da Acção de Murphy)

Se algo pode correr mal, correrá mal - quando o Sr. Murphy não estiver em casa (Lei da Senhora Murphy)

Ficha Técnica

Propriedade : Autoridade Tributária de Moçambique

Presidente : Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Delegada Provincial e Directora: Berta Macamo

Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem: Lemos Formiga

Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem: Haydin Joyce

Administrador: João Carlos Mabjaia

Assessor Editorial: Arlindo da Graça

Editores Executivos : Liége Vitorino

Coordenador: Dionísio Munguambe

Redacção: Liége Vitorino; Arlindo do Rosário; Ricardo Santos; Dionísio Munguambe e William Chiquele

Colaboradores: Orlando Macuácuca, Albazino Massingue, Leonardo Lopes, Zito Campira, Marcos Miguel, Amido Abdala, Domingos Muconto, Carlos Matlava e Brígida da Cruz

Revisão : Ricardo Santos

Fotografia: Ozias Ngomane e Arquivo

Maquetização e Design: Ricardo Santos

Secretária: Marla Rocha

Periodicidade : Mensal

Os artigos assinados reflectem a opinião dos autores e não necessariamente do Mais-Valia. Toda transcrição ou reprodução, parcial ou total, é autorizada desde que citada a fonte

Visite também o sítio da AT no Facebook:

www.facebook.com/AutoridadeTributaria

Todos Juntos Fazemos Moçambique!